



Escola de Sociologia e Ciências Políticas Públicas

Departamento de História

**Caminho Português de Santiago:  
Perspetivas sobre a gestão e valorização patrimonial –  
do Porto a Valença do Minho**

Joana Filipa Martins da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Empreendedorismo e Estudos da Cultura – Património e Projetos Culturais

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz: Professora Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Sofia Macedo Magrinho: Professora Auxiliar Convidada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2017



**Caminho Português de Santiago:  
Perspetivas sobre a gestão e valorização patrimonial –  
do Porto a Valença do Minho**

Joana Filipa Martins da Silva

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Empreendedorismo e Estudos da Cultura – Património e Projetos Culturais

Orientadora:

Doutora Maria João Vaz: Professora Auxiliar

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:

Doutora Sofia Macedo Magrinho: Professora Auxiliar Convidada

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Outubro de 2017



Para os meus avós, Alfredo, Lourdes e Sebastião, que nunca desistiram de Caminhar.



## **Agradecimentos**

Aos meus pais, em especial à minha mãe, por todo o apoio e por me ensinar que haverá sempre caminho para os que têm coragem.

Às professoras Maria João Vaz e Sofia Magrinho, em especial à professora Sofia, pela força preciosa e dedicação inquestionável.

À Andreia pelo apoio incondicional, por acreditar em mim quando eu própria duvido e por ser a companheira de todas as caminhadas.

À avó Maria e à Inês, por toda a força, apoio e carinho.

À minha madrinha, por todo o apoio, compreensão e empatia.

Ao Zé Daniel, por ter tomado conta de mim.

Ao Raul, por me encher o coração e me mostrar o que é realmente importante.

Ao Tiago e ao Mauro pela irmandade de sempre.

À Andreia e à Sofia, por me ensinarem a coragem e a força.

Aos meus tios Zé e Helena, por me ensinarem a nunca desistir.

À minha avó Helena, pela dedicação de sempre.

À Liliana e Daniela pela amizade inabalável.

Ao meu padrinho e madrinha Zé, pela força e apoio.

Ao Paulo, pela força, companheirismo e amizade.

A todos os entrevistados e inquiridos, pelo tempo e colaboração.

Ao Centro de Estudos Galegos da FCSH- UNL, pelas obras disponibilizadas para consulta.



## **Resumo**

A presente dissertação centra a sua análise nas formas da valorização do Caminho de Santiago enquanto bem patrimonial, ao longo do troço Porto - Valença no Caminho Central Português. Através da revisão dos conceitos ligados à temática enquadraram-se o Caminho de Santiago, itinerário cultural com uma elevada carga simbólica, histórica e patrimonial. Procurando identificar agentes e práticas de valorização do Caminho de Santiago na qualidade de bem patrimonial, recorreu-se a uma metodologia qualitativa que realizou entrevistas, questionários aos peregrinos, e observação directa percorrendo o Caminho a pé. Os resultados obtidos procuram ajudar a colmatar a falta de conhecimento que existe sobre a temática explorada, demonstrando as forças e fraquezas das condições de valorização actuais e consequentemente apontar novas jornadas e metas para o Caminho de Santiago.

**Palavras-chave:** Caminho de Santiago; Caminho Central Português, Valorização Patrimonial; Gestão de Itinerários Culturais.

## **Abstract**

The present dissertation analyses the valorisation of the Caminho de Santiago as a heritage asset, focusing on the Caminho Central Português in the Oporto - Valença section. Through the revision of the concepts related to the theme, a framework was created essential for thinking about a cultural itinerary with the symbolic, historical and heritage significance of the Caminho de Santiago. In order to identify heritage valorisation agents and practices in the Caminho de Santiago, a qualitative methodological approach was applied with interviews, questionnaires to pilgrims, and direct observation walking the Caminho. The obtained results attempt to fill the lack of knowledge on the subject, demonstrating the strengths and weaknesses of the current valorisation conditions and consequently to point out new journeys and goals for the Caminho de Santiago.

**Keywords:** Saint James Way, Portuguese Central Way, Cultural Heritage Valorisation, Cultural Itineraries Management.

## Índice

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO</b> .....	5
<b>1.1. Itinerários Culturais</b> .....	5
1.1.1. Nascimento e definições.....	5
1.1.2. Tipologias.....	7
1.1.3. O Caminho de Santiago como Itinerário Cultural.....	7
<b>1.2. Turismo Cultural</b> .....	8
1.2.1. Definições.....	8
<b>1.3. Peregrinação</b> .....	11
1.3.1. Definição .....	11
<b>1.4. Gestão de Itinerários Culturais</b> .....	13
<b>1.5. O Caminho de Santiago</b> .....	15
1.5.1. Início do Culto Jacobeu e Lenda .....	15
1.5.2. Matrizes da peregrinação .....	17
1.5.3. A Construção do Caminho .....	18
<b>2.1. O Estado da Arte</b> .....	21
<b>2.2. Dados estatísticos sobre a peregrinação a Santiago de Compostela</b> .....	22
<b>2.3. Metodologia e Percepções sobre o Caminho Central Português</b> .....	23
2.3.1. Inquéritos aos Peregrinos .....	23
2.3.2. Entrevistas aos Responsáveis pela Gestão .....	32
<b>2.3.3. Observação Participante</b> .....	33
<b>III. OBSERVAÇÃO NO TERRENO</b> .....	35
<b>IV. ÓRGÃOS E PRÁTICAS DE GESTÃO – ESPANHA E PORTUGAL</b> .....	49
<b>4.1. Espanha</b> .....	49
4.1.1. Organismos.....	49
4.1.2. Práticas de gestão – Plano Director e Estratégico de Caminho de Santiago na Galiza .....	50
<b>4.2. Portugal</b> .....	53
4.2.1. Órgãos de Gestão .....	53
4.2.2 – Práticas de gestão - Plano de Acção do Turismo do Porto e Norte, Práticas Municipais e Acção das Associações de Amigos do Caminho.....	55

4.2.2.1 – Plano de Acção e Orçamento TPNP 2018 .....	55
4.2.2.2 – Práticas Municipais .....	56
4.2.2.3 Acções das Associações dos Amigos do Caminho .....	63
<b>4.3. A Promoção Digital do Caminho de Santiago e do Património Cultural.....</b>	<b>64</b>
<b>4.4. Gestão do Património Cultural e Gestão do Turismo .....</b>	<b>66</b>
4.4.1. Gerir para peregrinar/ caminhar .....	67
4.4.2. Gerir para visitar.....	70
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>73</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>77</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>81</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>II</b>

## **Índice de Quadros**

Quadro 1.2. Avaliação das premissas do Inquérito aos Peregrinos.....	30
--	----



## Índice de Figuras

Figura.1.1. Género dos peregrinos.....	25
Figura 2.2. Idade dos Peregrinos.....	25
Figura 3.2. Nacionalidade dos peregrinos.....	26
Figura 4.2. Principais motivações dos peregrinos.....	26
Figura 5.2. Motivos para a escolha do Caminho Português Central .....	27
Figura 6.2. Frequência de outros caminhos.....	28
Figura 7.2. Respostas focando a importância do Património Cultural.....	28
Figura 8.2. Respostas sobre factores para valorização.....	29
Figura 9.2. Avaliação das condições de gestão e valorização.....	29
Figura 10.2. Resposta sobre entidades de gestão.....	31
Figura 11.2. Respostas sobre a melhor estrutura para a gestão do Caminho.....	31
Figura 12.3. Credencial do Peregrino.....	35
Figura 13.3. Seta no Caminho, Exemplo de Sinalização .....	36
Figura 14.3. Seta no Caminho (algures entre Vairão e Barcelos).....	36
Figura 15.3.Placa informativa (Vila do Conde).....	37
Figura 16.3.Placa de sinalização (Vila do Conde).....	37
Figura 17.3 Azulejo de sinalização (Gião- Vila do Conde).....	37
Figura 18.3.Placa informativa sobre o Museu do Peregrino (Albergue de Peregrinos - Mosteiro de Vairão).....	38
Figura 19.3. Peças do Museu do Peregrino.....	38
Figura 20.3. Imagem de Santiago no centro do espaço do Museu do Peregrino.....	38

Figura 21.4. Monumento ao Peregrino (Vilarinho).....	39
Figura 22.3. Ponte de D. Zameiro (Macieira da Maia).....	39
Figura 23.3. Cruzeiro do Galo - Museu Arqueológico do Paço dos Duques (Barcelos).40	
Figura 24.3. Estátua ao Galo de Barcelos (junto ao Museu da Olaria – Barcelos).....	40
Figura 25.3. Igreja Matriz de Barcelos (Junto ao Paço dos Condes de Barcelos – Actual Museu Arqueológico).....	41
Figura 26.3. Decoração da Escadaria do Albergue (Tamel).....	41
Figura 27.3. Estátuas de Santiago decoram janela do Albergue (Tamel).....	41
Figura 28.3. Placa informativa (Balugães - Barcelos).....	42
Figura 29.3. Placa de sinalização (Facha- Ponte de Lima).....	42
Figura 30.3. Placa informativa de distância (Ponte de Lima).....	42
Figura 31.3. Soldados Romanos na margem esquerda do Rio Lima, vista para a Ponte e Igreja de Sto. António da Torre Velha .....	43
Figura 32.3. Monumento ao Peregrino (Junto à Igreja de Sto. António da Torre Velha, margem direita da ponte).....	43
Figura 33.3.. Cruz dos Franceses (Serra da Labruja).....	45
Figura 34.3. Vista sobre o cume da Serra da Labruja .....	45
Figura 35.3. Igreja de S. Pedro de Rubiães.....	45
Figura 36.3. Marco Miliário Romano - Lado original preservado (Junto à Igreja de S. Pedro de Rubiães) .....	45
Figura 37.3. Atravessando a Praça-Forte de Valença.....	46
Figura 38.3. Marcação da fronteira na Ponte Internacional.....	46
Figura 39.3. Catedral de Santa Maria de Tui .....	46

Figura 40.3. Vista sobre o rio Minho e Ponte Internacional, ao fundo a Praça-Forte de Valença (Tui).....	47
Figura 41.3. Vista sobre o Rio Minho, ao fundo a cidade de Tui (Praça-Forte de Valença).....	47



## **Glossário de Siglas**

AACS - Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo

ACB - Albergue Cidade de Barcelos

AEJ -Associação Espaço Jacobeus

AHP – Associação da Hotelaria de Portugal

AHRESP – Associação de Hotelaria Restauração e Similares de Portugal,

APAAS Associação Portuguesa dos Amigos de Apóstolo Santiago

APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo,

APFC – Associação Portuguesa de Feiras e Congressos

APTP – Associação de Profissionais de Turismo de Portugal

ARAC – Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor

ATLAS - Associação Europeia para a Educação do Turismo e Lazer

ATP – Associação Termas de Portugal

CIIC – International Scientific Committee of Cultural Itineraries

ECR- European Cultural Routes

EICR- European Institute of Cultural Routes

EPA- Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes

FPCG – Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

TPNP- Turismo do Porto e Norte de Portugal

TURIHAB – Associação de Turismo de Habitação

UNESCO- United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

WTO- World Tourism Organisation



## INTRODUÇÃO

“Os componentes integrais do pensamento e da sensibilidade europeus são, no sentido radical da palavra, *pedrestes*.”<sup>1</sup>

Se a história do mundo se construiu de longas e épicas viagens, a história do pensar fez-se em caminhadas pelos bosques. O Caminho de Santiago é, em toda a sua extensão e variantes, a prova de que o Humanismo foi feito a caminhar, a caminhar para o fim da terra, a caminhar para as fortalezas construídas por homens e consagradas a deus, a caminhar para o Outro. Filósofos, pensadores e poetas, faziam dos trilhos e das florestas os seus escritórios, dos seus pés deambulantes a força que gira a roda da imaginação, Rousseau, Kant, Nietzsche, Rimbaud e Thoreau, foram alguns dos caminhantes/pensantes retratados por Frédéric Gros em “Caminhar, uma filosofia”<sup>2</sup>. Neste sentido, o Caminho de Santiago é também parte desta história do pensamento, através dele criaram-se, ainda nas épocas mais remotas da idade média, elos entre os portadores do conhecimento, forjaram-se alianças políticas e culturais e disseminaram-se ideias que mudariam o planeta e o transformaram, ao longo dos séculos, no mundo híper conectado e global dos nossos dias. Hoje ao percorrer o Caminho, sentimos esse espírito de abertura e partilha que o caracteriza, encontramos pessoas vindas dos quatro cantos do mundo, falamos português, espanhol, galego, francês, inglês, italiano, alemão e a necessidade de aprender novas línguas nunca se esgotaria por aqui, o Caminho é lugar de encontros, desencontros, chegadas e partidas e por tudo isto, e aquilo que não se sabe dizer, o Caminho é um fenómeno de peregrinação, estimando-se que entre 2015 e 2021, 2.482.000<sup>3</sup> pessoas percorram os itinerários a Caminho de Santiago.

Por estes dias, enquanto se prepara o Ano Europeu do Património Cultural (2018) e celebramos os 30 anos da classificação do Caminho de Santiago como Primeiro Itinerário Cultural Europeu (23 de Outubro de 1987) olhamos para o Caminho de Santiago enquanto itinerário cultural e bem patrimonial de valor excepcional reconhecido internacionalmente e analisamos de que formas, com que amplitude e com que impactos é o Caminho Central Português de Santiago, no troço Porto-Valença, valorizado, na

---

<sup>1</sup> Steiner, 2004: 30.

<sup>2</sup> Gros, 2010.

<sup>3</sup> Dados do *Plan Director y Estrategico del Camino de Santiago en Galicia 2015-2021*.

óptica da sua importância enquanto bem patrimonial cultural? Procuraremos para tal identificar quem são os agentes da gestão no troço de Caminho em estudo, quais as suas políticas e práticas de gestão. Analisamos estas práticas à luz de um modelo comparativo, fazendo a ponte entre a realidade Portuguesa e a gestão do Caminho de Santiago na Galiza, tendo como objectivo último, identificar e compreender os impactos das práticas de gestão no território, no património e nos utilizadores do Caminho de Santiago Português Central, na sua extensão do Porto a Valença.

O Caminho Português Central é a espinha dorsal das variantes do Caminho de Santiago em Portugal. Este itinerário encontra-se historicamente bem fundamentado, sobretudo graças às peregrinações da Rainha Santa Isabel e está documentado já no século XI, sendo Santiago já uma figura religiosa preponderante, tanto que “pouco mais de três décadas após a descoberta do túmulo, considerado de Santiago, já lhe era dedicada a igreja de Castelo de Neiva, sabendo que nos finais do século XI, no entre Lima e Ave, era patrono de mais de duas dezenas de igrejas”<sup>4</sup>. No entanto os trajectos que se utilizavam para a peregrinação variavam conforme o ponto de partida; não havendo um único caminho é possível, no entanto, que dos caminhos mais utilizados pela

“(…) maior parte dos peregrinos portugueses e europeus que escolhiam Lisboa, como escala do seu percurso para Santiago, optavam pela via tradicional até ao Porto, que seguia de perto o traçado da antiga estrada romana, que vinha de Mérida e Lisboa, passava por Santarém e Coimbra até ao Douro, em Portucale. Daqui no período medieval, podia seguir-se para Braga, rumando, depois para Ponte de Lima, Valença e Santiago, mas o caminho frequentado era o de Rates, Barcelos, Ponte de Lima, Valença, Santiago, havendo também quem seguisse pelo litoral, ou mesmo de barco para os portos do norte de Portugal e da Galiza. De Rates, alguns seguiam para Braga, donde inflectiam para Valença, atravessando as pontes de Prado e de Ponte de Lima”<sup>5</sup>.

É pela sua presença histórica e significados culturais que nos debruçamos em detalhe sobre este itinerário do Caminho de Santiago mas também, por ser o segundo itinerário de toda a rede do Caminho de Santiago a ser mais percorrido, pela sua crescente actividade e importância na cultura jacobea e pela aura de aproveitamento turístico que paira sobre a rede do Caminho Português de Santiago.

---

<sup>4</sup> Marques, 2000 *apud* Gomes, 2012: 28.

<sup>5</sup> Marques, 2000 *apud* Gomes, 2012: 28.

Informa-se o leitor que esta dissertação não foi escrita ao abrigo do acordo ortográfico em vigor.



## I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1.1. Itinerários Culturais

#### 1.1.1. Nascimento e definições

No ano de 1987 o Conselho da Europa lança um programa – convite com o objectivo de “demonstrar como as raízes da Identidade Europeia podem ser a base de uma cidadania partilhada”<sup>6</sup>. Na perspectiva do Conselho da Europa tal poderia ser uma realidade também através da divulgação e promoção de Itinerários Culturais Europeus.

O primeiro passo é dado com a designação do Caminho de Santiago como 1º Itinerário Cultural Europeu (23 de Outubro de 1987), na qual se adopta este projecto como “referência e exemplo para futuros projectos”<sup>7</sup>. É apenas em 1998 que, através de um acordo entre o Conselho da Europa e o Grão-Ducado do Luxemburgo, se cria o European Institute of Cultural Routes (EICR) tendo como função a implementação do programa iniciado em 1987 pelo Conselho da Europa, responsável pela certificação, acompanhamento e implementação dos projectos apresentados pelos diversos Estados-Membro com vista à constituição de Itinerários Culturais Europeus.

Em 2013 estabelece-se o Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes (EPA) que vem efectivar e reforçar a presença e apoio da União Europeia no trabalho do EIRC bem como realçar as parcerias que se foram construindo ao longo dos anos com outras instituições como a World Tourism Organisation (WTO), Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e UNESCO<sup>8</sup>. Neste documento, distingue-se o “Itinerário Cultural Europeu”, especificamente orientando para o contexto europeu, e estabelece-se “Itinerário Cultural” como

“a cultural, educational heritage and tourism co-operation project aiming at the development and promotion of an itinerary or a series of itineraries based on a historic route, a cultural concept, figure or phenomenon with a transnational importance and significance for the understanding and respect of common European values”<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Europe, Council of, 2016, *Cultural Routes of the Council of Europe*.

<sup>7</sup> Europe, Council of, 1987, *The Santiago de Compostela Declaration*.

<sup>8</sup> Europe, Council of, 2013, *Resolution CM/Res(2013)66 confirming the establishment of the Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes (EPA)*.

<sup>9</sup> Europe, Council of, 2013, *Resolution CM/Res(2013)66 confirming the establishment of the Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes (EPA)*.

Anterior às resoluções acima referidas e com uma visão diferente, o ICOMOS havia promovido uma definição de Itinerários Culturais, transcrita na Carta dos Itinerários Culturais de 2008:

“ Uma via de comunicação terrestre, aquática ou de qualquer outro género, fisicamente definida e caracterizada por possuir a sua própria e específica dinâmica e funcionalidade histórica que reúna as seguintes características: a) ser resultado e reflexo de movimentos interactivos de pessoas, bem como de intercâmbios de múltiplas dimensões, contínuos e recíprocos de bens, ideias, conhecimentos e valores dentro de um único país ou entre vários países e regiões, ao longo de períodos consideráveis de tempo; b) ter gerado uma fecundação múltipla e recíproca de culturas no espaço e no tempo visíveis tanto no seu património material como imaterial.”<sup>10</sup>

Esta definição é mais um produto da redescoberta dos Caminhos de Santiago, tendo nascido da necessidade de explicar algo que se considerava único, mas que ainda não tinha uma noção que lhe fosse própria. Com a inclusão dos Caminhos de Santiago na lista do Património Mundial em 1993, diz-nos Maria Rosa Suárez-Inclán, verificou-se ser necessária uma definição científica de “Itinerários Culturais, que após debate na Reunião *“Las Rutas como parte de nuestro Património Cultural”* em Madrid, 1994, foi estabelecida numa segunda reunião em 2003”<sup>11</sup>. Desta forma o conceito de Itinerários Culturais ganha uma especificidade própria, afastando-se de outros conceitos da mesma área de acção como por exemplo os Itinerários Turísticos de Interesse Cultural, sendo que a maior distinção provem do facto de que nestes o bem cultural é utilizado como “tema aglutinador a partir do qual se 'constrói' uma via pela qual o utente/turista poderá percorrer a história ou a cultura de um local”<sup>12</sup>.

Esta distinção não é feita na definição proposta pelo EPA, mas é importantíssima para a compreensão dos Itinerários Culturais, dos seus objectivos, especificidades e necessidades, nela reforça-se a identidade dos Itinerários Culturais enquanto espaços transversais ao tempo, à história, às culturas, aos homens, à materialidade e imaterialidade, que se reinventam, mas que não podem ser inventados.

---

<sup>10</sup> ICOMOS (2008), *Carta de Itinerários Culturales*.

<sup>11</sup> Suárez-Inclán, 2003.

<sup>12</sup> Pinheiro, 2007: 218.

### 1.1.2. Tipologias

O conceito de Itinerário Cultural assenta ainda numa diversidade tipológica que se estabelece a partir de determinada base territorial.

Ou seja, os Itinerários Culturais podem ser de dimensão “(...) local, nacional, regional, continental ou intercontinental”<sup>13</sup>. Esta tipologia territorial está, em primeiro lugar, relacionada com a dimensão cultural dos valores em presença “(...) que tenham partilhado ou continuem a partilhar um processo de influências recíprocas na formação ou evolução dos seus valores culturais”<sup>14</sup>. Um Itinerário Cultural, de acordo com o ICOMOS tem ainda uma função ou cumpre um objectivo específico multidimensional e partilhado. Reconhece também a evolução do próprio Itinerário no tempo, reconhecendo a sua relevância mesmo que este não seja utilizado ou esteja ainda em fase de desenvolvimento, ou seja, não é apenas na óptica de um itinerário consolidado e imutável, mas reconhece-se a capacidade da alteração do mesmo. Finalmente a diversidade tipológica está também presente na configuração do itinerário “(...) linear, circular, cruciforme, radial, ou em rede. E quanto ao seu enquadramento natural: terrestre, aquático, misto o de outra natureza física”<sup>15</sup>.

### 1.1.3. O Caminho de Santiago como Itinerário Cultural

Como podemos perceber através da própria história do conceito “Itinerário Cultural”, este está desde sempre ligado ao Caminho de Santiago, nascendo da necessidade de dar nome a uma forma peculiar de agregação de vários contextos culturais, com significados próprios, mas que constituem umnexo com vida e sentidos que vão muito além da singularidade dos seus constituintes.

Falamos, pois, de um conjunto de elementos arquitectónicos, arqueológicos, de sítios e também de práticas. De materialidade e imaterialidade, unidas numa rede que se vai estendendo para fora de si mesma, como o próprio Caminho, que se alonga à particularidade de cada um que o empreende. É, pois, com a classificação do Caminho de Santiago como 1º Itinerário Cultural Europeu em 1987 e como Património da Humanidade em 1993 que se desenvolve este conceito próprio de itinerância, acto de,

---

<sup>13</sup> ICOMOS, 2008, *Carta de Itinerários Culturales*.

<sup>14</sup> ICOMOS, 2008, *Carta de Itinerários Culturales*.

<sup>15</sup> ICOMOS, 2008, *Carta de Itinerários Culturales*.

mais do que visita, reverência a um conjunto encadeado de espaços físicos que representam a transitabilidade das culturas, dos saberes e do próprio tempo, através dos quais a transposição é uma forma de permanência, valorização e resguardo de uma sequência sacralizada de rituais e espaços impregnados de simbolismo cultural.

## 1.2. Turismo Cultural

### 1.2.1. Definições

A indústria do turismo está em expansão e joga uma das suas grandes cartadas através da exploração da história, do património e das artes.

Mas será que poderemos situar o turismo cultural reduzindo-o a um nicho dentro de um sector maior? Será que não podemos considerar que todas as actividades turísticas são actividades culturais e por isso todo o turismo é, em essência, cultural, ou será necessária a criação de uma nova terminologia capaz de ultrapassar as limitações e ilimitações da diversidade de conceitos que têm sido apresentados até então? É necessário que nos detenhamos nestas questões, que as observemos em essência e em acção, pois só compreendendo os diferentes fenómenos é que poderemos criar políticas eficazes para a protecção e valorização dos bens patrimoniais, cada vez mais utilizados como matéria-prima dos produtos turísticos.

Antes de mais devemos clarificar o que se entende por *Turismo* e para tal apresentam-se aqui duas concepções. Primeiro, a definição da Organização Mundial do Turismo (WTO) segundo a qual Turismo “é a atividade do viajante que visita uma localidade fora de seu enquadramento habitual, por período inferior a um ano, e com propósito principal diferente do exercício de atividade remunerada por entidades do local visitado”<sup>16</sup>; a segunda definição é a de Mathieson e Wall que define *Turismo* como um “movimento temporário de pessoas, não inferior a 24 horas, para destinos fora dos seus locais normais de trabalho e de residência, as atividades por si desenvolvidas durante a sua permanência nesses destinos bem como as conexões criadas, servindo estas para satisfazer as suas necessidades”<sup>17</sup>. Poderíamos referir tantas outras contribuições para a definição de *Turismo* como as de McIntosh e Goeldner, (1986) ou MacCannell, (1976).

---

<sup>16</sup> WTO, 2008, *International Recommendations for Tourism Statistics*.

<sup>17</sup> Mathieson e Wall, 1982.

Em “What is cultural tourism?”, Greg Richards explora as definições de *turismo cultural*, dividindo-as em quatro categorias com distintas funções. Enquanto algumas definições procuram “perceber a natureza do conceito e assim defini-lo”, outras procuram “identificar o turista cultural para assim poder medir a sua actividade”, enquanto as outras duas tentam “perceber as dinâmicas de oferta e de procura” através da análise dos dados do segmento cultural dentro da indústria do turismo e através das motivações dos turistas. Podemos então verificar que existem dois tipos distintos de definições: *definições técnicas* e *definições conceptuais*<sup>18</sup>. Entende-se que se deverá aplicar a este estudo uma *definição conceptual*, uma vez que o que se pretende não é uma análise do mercado e da actividade turística, mas sim a compreensão do fenómeno naquilo que lhe é característico e que permita fazer uma distinção em relação a outros fenómenos que ocorrem dentro dos universos abrangentes, interconexos e por vezes indistintos da *Cultura* e do *Turismo*.

Assim, tendo em conta a diversidade de visões e de funções que uma definição terá embebida em si, apresentam-se algumas das conhecidas definições conceptuais de *Turismo Cultural*, por forma a podermos clarificar posições e definir um caminho a seguir. Segundo Mc Intosh e Goeldner (1986), *turismo cultural* é visto como uma ideia de “todo” no qual os viajantes têm a oportunidade de adquirir conhecimento acerca da história e património do local que visitam, mas também acerca das suas vivências quotidianas contemporâneas<sup>19</sup>, ou seja, o *turista cultural* tem como objectivo aprender, não só acerca dos produtos, mas também dos processos de outra cultura e vice-versa.

Outra definição que deve ser destacada é a definição apresentada pela Organização Mundial do Turismo (WTO), na qual *turismo cultural* são “todos os movimentos de pessoas (...) porque satisfazem a necessidade humana de diversidade, aumentando o nível cultural de cada um e promovendo novos conhecimentos, experiências e encontros”. Esta definição é, como refere Richards (1996), extremamente ampla não “oferecendo uma base que permita distinguir o que é realmente *Turismo Cultural*” e por isso falível no que diz respeito a servir como referência conceptual. A Carta do Turismo Cultural (ICOMOS, 1999) define Turismo Cultural como sendo

“essencialmente a forma de turismo que se concentra na cultura e ambientes culturais, incluindo paisagens do destino, os valores e estilos de vida, património, artes visuais e de

---

<sup>18</sup>“(…) technical and conceptual approaches” (Richards, ed., 1996: 23).

<sup>19</sup> Richards, ed., 1996: 23.

performance, indústrias, tradições e actividades de lazer da população local ou da comunidade anfitriã”<sup>20</sup>.

É importante realçar também que, ao definir Turismo Cultural, o ICOMOS destaca que este conceito “não deve ser visto como uma definição de nicho dentro da amplitude das actividades culturais, mas que encapsula todas as experiências absorvidas pelo visitante de um local que fica fora do ambiente quotidiano”<sup>21</sup>. No entanto, ao estabelecer este princípio podemos perceber como é fácil cair no relativismo, considerando todas as formas de turismo como Turismo Cultural, porque todas elas são, em essência, experiências e também todas elas uma forma de experiência cultural, desde que fora do ambiente quotidiano, como por exemplo a deslocação para apenas assistir a um concerto numa localidade fora da nossa área de residência. Segundo a definição acima apresentada, Turismo Cultural “pode incluir a participação em actividades culturais, visitas a museus e locais com significado patrimonial e mistura com pessoas locais”<sup>22</sup>.

Richards propõe uma clarificação do conceito, com base na definição defendida pela Associação Europeia para a Educação do Turismo e Lazer (ATLAS) como “o movimento de pessoas em direcção a atracções culturais fora do seu local habitual de residência, com a intenção de recolher novas informações e experiências de forma a satisfazer as suas necessidades culturais”<sup>23</sup>.

Após revermos estas definições, importa referir que esta dissertação tem como referência a definição apresentada por Richards porque, embora seja indefinida no que diz respeito ao tempo - neste âmbito iremo-nos socorrer da definição de Turismo apresentada do Mathieu e Wall, considerando um espaço temporal não inferior a 24 horas e não superior a 1 ano – consegue condensar os aspectos mais relevantes, ou seja, o movimento (para fora do espaço de residência), o objectivo (recolher novas informações e experiências) e a finalidade (satisfazer as necessidades culturais), que nos permitem distinguir com alguma precisão o que é *Turismo Cultural*.

---

<sup>20</sup> ICOMOS, 1999, *Cultural Tourism Charter*.

<sup>21</sup> ICOMOS, 1999, *Cultural Tourism Charter*.

<sup>22</sup> ICOMOS, 1999, *Cultural Tourism Charter*.

<sup>23</sup> Richards, ed., 1996: 24.

### 1.3. Peregrinação

#### 1.3.1. Definição

São múltiplos e amplos os campos semânticos que teríamos de peregrinar – do latim *per agros*- em busca de uma definição de *Peregrinação*, entre eles, o *movimento*, o *sagrado*, a *autenticidade*. Não poderemos por estas paisagens deter-nos porque a nossa jornada é longa e leva-nos para outros âmbitos, mas não poderemos empreendê-la sem que lhe encontremos significado.

Carlos Fontoura, em *Identidades, Percursos, Paisagens Culturais: Estudos Sociológicos de Cultura Urbana* recorda o trabalho pioneiro de Edith e Victor Turner, *Image and Pilgrimage in Christian Culture*, no qual nos é mostrada uma imagem do peregrino que “como o turista, se afasta temporariamente do seu quotidiano residencial e do trabalho, para se dirigir a um outro lugar. Neste movimento, suspende, ou inverte mesmo, as suas obrigações quotidianas, renunciando à dimensão estrutural da vida” com este acto “anti-estrutural” “o peregrino afasta-se da *societas* para se aproximar da *communitas* e regressar de novo à primeira concluindo deste modo um singular ritual de passagem”<sup>24</sup>. Ambos, peregrino e turista, são parte de rituais cinéticos, este “movimento” pode ser percebido de várias formas quando se trata de pensar a “peregrinação”, que segundo Eade e Coleman podemos dividir em 4 tipos: “movimento como acção performativa (...) movimento como uma acção incorporada (...) movimento enquanto campo semântico (...) movimento enquanto metáfora”<sup>25</sup>.

Destaquemos, os movimentos “enquanto campo semântico” e “enquanto metáfora”, por se entender que é nestas tipologias que poderemos encontrar elementos que nos permitam estabelecer uma definição de peregrinação. Assim, no que diz respeito ao “campo semântico” Nancy Frey observa em relação a um estudo que fez junto de peregrinos no Caminho de Santiago que

“o Caminho pode tornar-se uma metáfora central, organizadora nas vidas dos peregrinos, muitos dos quais repetem a rota múltiplas vezes, juntam-se a Associações de Amigos do Caminho, de forma a manter a experiência viva e veem-se permanentemente transformados através do completar da peregrinação”<sup>26</sup>.

---

<sup>24</sup> Turner e Turner, 1978, *apud* Fortuna, 2013.

<sup>25</sup> Eade e Coleman, 2004: 22-24

<sup>26</sup> Frey, 1998 *apud* Pazos, 2014: 17.

Através desta formulação Frey defende uma diferenciação entre *Peregrinação* e *Turismo*, e recorrendo novamente a Edith e Victor Turner quando nos dizem que “um turista é metade peregrino se um peregrino é metade turista”<sup>27</sup> podemos perceber o quão complexo é distinguir um do outro sem cair em relativismos. Para Kaul, os turistas não podem ser considerados peregrinos porque “pagam por experiências comoditizadas e são eles a fonte de receita dos promotores turísticos”<sup>28</sup>, no entanto encontramos aqui um paradoxo, a percepção de que um encontro com o Outro só pode ser genuíno e “sagrado” se for excluído do reino das transações económicas. Esta distinção parece-me bastante simplista e até idealista. Na tipologia de “mobilidade enquanto metáfora” encontramos as figuras do *peregrino* e do *turista* como representação da modernidade e pós-modernidade, assim entendidas por Bauman<sup>29</sup>. Poderemos através desta metáfora estabelecer alguns pontos que nos permitam distinguir o peregrino do turista? MacCanell diz-nos que o “turismo e o *sightseeing* são actividades que têm como objectivo a transcendência da alienação moderna”<sup>30</sup> em que a viagem serve como criador de sentido, sentido que nos é sugado pela “modernização, com o seu rápido ritmo de mudança social e cultural, gerador de instabilidade e da noção de que a vida no mundo (pós) moderno não é autêntica”<sup>31</sup>. Assim a realidade e autenticidade são pensadas ausentes “noutros períodos históricos, noutras culturas ou em estilos de vida mais puros e simples”<sup>32</sup> em suma, a procura da autenticidade é o que motiva o turista.

Segundo Nelia Hyndman, “enquanto as mobilidades são definidas pela procura de um movimento significativo, a peregrinação pode ser percebida como uma conceptualização especificamente espiritual de mobilidade que enfatiza a procura de uma auto-realização através de um processo de jornada”<sup>33</sup>. Mas o que importa destacar é que no caso da peregrinação,

“nem sempre a jornada é linear e virada para dentro (...) o peregrino nem sempre chega ao destino pretendido e o sagrado pode tornar-se profano. Mas para que o peregrino se encontre, primeiro tem que se perder”<sup>34</sup>.

---

<sup>27</sup> Turner e Turner, 1978, *apud* Fortuna, 2013.

<sup>28</sup> Kaul, 2007: 706-707.

<sup>29</sup> Bauman, 1996.

<sup>30</sup> MacCanell, 2013: 13.

<sup>31</sup> MacCanell, 2013:13-14.

<sup>32</sup> MacCanell, 2013:3.

<sup>33</sup> Hyndman-Rizk, 2012: xvi.

<sup>34</sup> Hyndman-Rizk, 2012: xxi.

O turista, por outro lado, caracteriza-se pelo planeamento, pela busca da autenticidade em determinado local, comunidade ou experiência onde julga ser possível obter esse conhecimento, a realização de determinada experiência de forma rápida e confortável. Assim, diria que enquanto o Turista procura a resposta (Autenticidade), o Peregrino procura a pergunta, ao empreender uma jornada de busca, a pé, lentamente e em esforço, abre-se espaço para que o acaso aconteça, deixa-se que o pensamento e os pés deambulem livremente e talvez - nada é garantido, nada nos é reembolsado- nos encontremos, se para isso, nos deixarmos perder. Podemos ainda invocar Bruner no sentido de fortalecer esta distinção, quando refere que

“apesar das promessas de auto-transformação feitas pela publicidade na indústria turística, na realidade, os turistas raramente experienciam mudança pessoal e isso é mais frequente nas pessoas que vivem nos destinos turísticos, que são transformadas devido aos impactos negativos do “desenvolvimento”<sup>35</sup>.

#### **1.4. Gestão de Itinerários Culturais**

Gerir Itinerários Culturais é, como na gestão do Património Cultural, gerir as tensões que se criam entre o valor de uso e o valor simbólico do património.

É igualmente importante ter em conta o papel do Turismo, principalmente do Turismo Cultural. Uma vez que a Gestão de Itinerários Culturais é provavelmente o nexo que nos permite o casamento – nem sempre feliz - da gestão turística com a gestão patrimonial, é necessário que nos debruçemos um pouco sobre a individualidade própria de cada um no sentido de compreender os fenómenos que formam em conjunto. Para Ballart e Tresseras a gestão do património cultural é “um conjunto programado de acções com o objectivo de conseguir uma óptima conservação dos bens patrimoniais e um uso adequado às exigências sociais contemporâneas”<sup>36</sup>. Neste sentido são funções imprescindíveis a uma boa gestão, a “identificação, recuperação, documentação, conservação, estudo, exposição e interpretação”<sup>37</sup> dos elementos patrimoniais, cabendo também aos responsáveis pela gestão de bens patrimoniais seleccionar o que é prioritário conservar - com base no seu valor histórico, simbólico, artístico, representativo e

---

<sup>35</sup> Bruner, 1991.

<sup>36</sup> Ballart e Tresseras, 2001: 15.

<sup>37</sup> Ballart e Tresseras, 2001: 23.

excepcionalidade. Pretende-se evitar o risco de banalizar as acções de patrimonialização e encontrar uma utilidade adequada às necessidades do bem patrimonial e da sociedade.

Existem vários organismos com responsabilidades na gestão patrimonial, podendo ser Organizações Estatais, com mais ou menos autonomia de gestão, Organizações Independentes, geralmente não lucrativas (entenda-se as Organizações que integram o chamado 3º Sector) e Organizações Privadas<sup>38</sup>. Destaca-se o papel do Estado, que através da acção das organizações que lhe são afectas, “deveria garantir a preservação, conservação e manutenção dos bens patrimoniais através da cedência de fundos aos organismos públicos responsáveis”<sup>39</sup> fomentando administrativamente a tomada de uma consciência profunda e ampla que é “a base de um quadro jurídico adequado à preservação do património cultural”<sup>40</sup> quadro este, que cabe ao Poder Legislativo do Estado criar.

Considerando que “Turismo Cultural é uma forma de turismo e não uma forma de gestão do património cultural”<sup>41</sup>, facilmente se identificam as razões dos conflitos que surgem relacionados com itinerários e rotas culturais. No cerne da questão está a própria concepção do valor do bem cultural, onde os

“profissionais da indústria do turismo valorizam os bens culturais como materiais em bruto para os seus produtos por forma a gerarem actividade turística e lucro. Os profissionais da gestão do património cultural valorizam os mesmos bens pelo seu valor intrínseco”<sup>42</sup>.

Embora comecem a surgir novos modelos de acção e consciencialização por parte do sector turístico em relação aos bens patrimoniais, ainda está muito presente a “falha em aceitar [por parte do sector do Turismo] que o património cultural tem valores intrínsecos legítimos próprios, acima e além do seu valor de uso enquanto produto” e que esses valores “são significativos para os utilizadores além dos turistas”<sup>43</sup>. Esta falta de consciência deliberada põe em causa a “própria essência dos bens que é o que os torna apelativos em primeiro lugar”<sup>44</sup>. É por isso imperativo, que o Estado desempenhe com

---

<sup>38</sup> Ballart e Tresseras, 2001: 83-85.

<sup>39</sup> Ballart e Tresseras, 2001: 125-125.

<sup>40</sup> Ballart e Tresseras, 2001: 86-88.

<sup>41</sup> Mc Kercher e Du Cross, 2002: 6.

<sup>42</sup> Mc Kercher e Du Cross, 2002: 13.

<sup>43</sup> Mc Kercher e Du Cross, 2002: 23.

<sup>44</sup> Mc Kercher e Du Cross, 2002: 23.

atenção o seu papel enquanto tutor do Património Cultural, através de acções de consciencialização da população e dos diversos actos da gestão. Tendo como objectivo último um desenvolvimento sustentável dos bens patrimoniais, e neste caso dos itinerários culturais “sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades”<sup>45</sup> devemos ter em conta alguns princípios de actuação. Desde logo “promover a colaboração entre sector público e privado, locais, regionais e nacionais”<sup>46</sup>, incluindo uma cooperação entre os agentes do turismo e os gestores do Património Cultural, principalmente ao nível da troca de informação e formação de base. Só assim será possível delinear estratégias tendentes a uma política de desenvolvimento, sustentável, com forte influência nos territórios abrangidos que tenha em conta que é, acima de tudo, necessário promover a conservação, salvaguarda e manutenção dos bens culturais.

## **1.5. O Caminho de Santiago**

### **1.5.1. Início do Culto Jacobeu e Lenda**

Na tradição católica romana, São Tiago Maior, um dos apóstolos que acompanhou Jesus Cristo, teria viajado até à Hispânia, após a morte de Jesus, onde desenvolveu uma intensa acção evangelizadora entre os anos 53 e 42<sup>47</sup>.

Segundo a teoria disseminada nos finais do século I, os Apóstolos ter-se-iam dispersado por diferentes pontos do mundo conhecido à altura, onde teriam divulgado o cristianismo. Esta teoria foi sustentada pelo Papa São Clemente e por testemunhos mais tardios como o de Dímio, O Cego (Alexandria, 310-398) ou São Jerónimo (348-457)<sup>48</sup>. Durante o papado de Calixto I (217-222) estabeleceram-se as bases da primazia da Igreja Romana, descredibilizando a disseminação dos apóstolos e os cultos por eles fundados nas diferentes partes do mundo, definindo que a Igreja fundada por São Pedro deveria ser o centro de todo o culto cristão. Dois séculos mais tarde é o Papa São Leão Magno (440-461) que vai “admitir a origem apostólica da Igreja Hispânica”, confirmando a pregação de São Tiago e por isso as origens sagradas da Igreja local. Esta Igreja apresenta

---

<sup>45</sup> Ballart e Tresseras, 2002: 203.

<sup>46</sup> Ballart e Tresseras, 2002: 164-165.

<sup>47</sup> Singul, 1999: 19.

<sup>48</sup> Singul, 1999: 20.

características distintas e peculiares, tendo uma liturgia própria, vínculos orientais e cerimoniais que remontavam a igrejas primitivas e vai manter a sua linha orientadora até ao século XI quando os Papas Alexandre II e Gregório VII decretam a unificação cerimonial.

Em 571, a Crónica de Máximo de Saragoça reforça a teoria da presença do apóstolo São Tiago na Península Ibérica ao referir a existência de um templo dedicado à Virgem Maria, mandado erigir pelo próprio São Tiago. No século VII difunde-se pela Europa o *Breviarium Apostolicum* (redigido inicialmente no séc. VI) no qual se relaciona a localização da pregação de São Tiago como um sítio chamado *Achia Marmorica* “identificada por Lopez Ferreiro (1898) e Guerra Campos (1961;1982) como *Arcis Marmoricis*, local onde em 820-830 se viria a localizar o túmulo de São Tiago”<sup>49</sup>. Outros importantes e curiosos testemunhos que chegaram aos nossos dias são os escritos de Beda, o Venerável, de finais do século VII, inícios do século VIII e do Beato de Liébana de finais do século VIII. O mais curioso dos textos de Beda refere a localização do túmulo de São Tiago na região da Galiza, um século antes deste ser descoberto. Por outro lado, os testemunhos do Beato de Liébana vão reforçar a crença da presença de São Tiago na Hispânia e fortalecer o culto Jacobeu, tendo sido talvez esta altura um tempo de viragem e de forte consolidação da crença.

Assim a aceitação da tradição jacobea e do “patronato apostólico” dos finais do século VIII vão “provocar uma mudança nas devoções das pessoas e o fortalecimento do culto jacobeu, que levará, anos mais tarde à identificação do descobrimento do sepulcro em Compostela”<sup>50</sup>. Segundo a lenda, a *Revelatio*, a descoberta do túmulo de São Tiago, data da década de 20 do século IX. A documentação mais antiga que descreve o acontecimento é a Concórdia de Antealtares (1077) que descreve o que hoje conhecemos como a Lenda de Santiago. Seguindo a tradição Jacobea, o túmulo terá sido descoberto por Paio ou Pelágio, um ermitão que ao observar luzes durante várias noites, sobre um bosque chamado Libredón, as terá interpretado como um milagre e confiante dessa percepção acorrera a Iria Flávia para dar conhecimento ao Bispo Teodomiro. O Bispo dirigiu-se para o local onde observou as mesmas luzes misteriosas e após dias de oração e jejum embrenhou-se no bosque, onde no meio da vegetação encontrou um “sepulcro de

---

<sup>49</sup> Singul, 1999: 26-27.

<sup>50</sup> Singul, 1999: 26-27.

pedra no qual repousavam três corpos, identificados de imediato como os do apóstolo São Tiago Maior e os seus discípulos Teodoro e Atanásio”<sup>51</sup>. Após a descoberta o bispo enviou a notícia ao rei Alfonso II das Astúrias que se deslocou ao local, inaugurando-se assim a peregrinação como prestação de culto ao túmulo do apóstolo São Tiago.

### 1.5.2. Matrizes da peregrinação

Após a morte de Carlos Magno (séc. IX) e consequente desagregação do Império Carolíngio, a Europa encontra um tempo de instabilidade social e política.

As peregrinações que ao longo dos séculos se faziam a Roma e Jerusalém tornaram-se mais difíceis por causa da instabilidade e das disputas políticas que se geraram no centro europeu e oriente. Neste contexto, eis que surge uma nova morada de devoção para a cristandade, “um santo lugar dos confins do Ocidente, uma terra virgem, santa e despolitizada, na qual tinham muito a ganhar e nada a perder”<sup>52</sup>.

É já no século X que surgem relatos acerca dos primeiros peregrinos estrangeiros, “um grupo de altos clérigos francos, que cruzaram em 950 o norte da península em direcção a Compostela”<sup>53</sup>. Foi principalmente através dos membros do clero que, dando a conhecer as suas jornadas e os acontecimentos que presenciavam – muitas vezes vistos como milagres – esta disseminação do culto Jacobeu pela Europa chegou aos extremos Norte e Sul, motivando inclusive o saque por parte de povos Escandinavos - que julgavam que a Terra de Santiago era coberta de ouro - mas também pelas tropas de Almançor<sup>54</sup>.

O florescer das peregrinações a Compostela levou à criação de confrarias de peregrinos, especialmente em França e Alemanha. Contando com o apoio do clero e da nobreza nascem também hospitais e infraestruturas de apoio aos peregrinos. As motivações dos peregrinos eram diversas, embora principalmente ligadas à devoção e tendo como principal razão a prestação do culto e de devoção a São Tiago. Encontram-se outros motivos para as peregrinações, como a peregrinação como forma de pena criminal ou o cumprimento de promessas, e ainda mais curiosos são dois relatos do século XVIII que chegaram até aos nossos dias, as jornadas de Jacopo Sobieski e Domenico Laffi,

---

<sup>51</sup> Singul, 1999: 40-41.

<sup>52</sup> Singul, 1999: 54.

<sup>53</sup> Singul, 1999: 55.

<sup>54</sup> Singul, 1999: 56.

tendo o segundo empreendido o Caminho de Santiago por três vezes, feito que justificou como “uma natural inclinação de ver coisas novas”<sup>55</sup>. Além das motivações que já foram referidas importa também referir as motivações económicas e culturais, pois muitos foram aqueles que empreenderam o Caminho com a finalidade de realizar trocas comerciais e tantos outros transportaram consigo aspectos importantíssimos da cultura e organização da sociedade. Um dos exemplos paradigmáticos é o envolvimento das Ordens Religiosas de Cluny e Cister na construção do Caminho, na vertente da hospitalidade, na criação de abadias que pudessem receber os peregrinos, mas principalmente no que diz respeito à arquitectura, com o desenvolvimento de um estilo Românico sóbrio e espiritualizante e mais tarde o Gótico, grandioso, que vai criar a cidade através da necessidade do Homem chegar à magnitude e se elevar à proximidade de Deus.

### 1.5.3. A Construção do Caminho

Os reis Alfonso VI de Castela e Leão e Sancho Ramírez de Aragão e Navarra foram durante o século XI os principais arquitectos do Caminho de Santiago, criando caminhos onde eles não existiam, revitalizando antigas estradas romanas, levantando pontes, igrejas e catedrais, isentando os mosteiros de impostos, fazendo doações às congregações religiosas e estabelecendo uma rede de albergues, acompanhadas por uma acção de conquista de terras ao poder islâmico, promovendo assim a segurança dos peregrinos nas localidades que atravessavam.

Aliando-se às abadias francesas de Cluny e Cister promovem a sua abertura às correntes religiosas e culturais europeias. Através da eliminação dos impostos e das portagens de entrada facilitam a circulação de pessoas em toda a região Norte da Península<sup>56</sup>. Estas acções foram particularmente aplicadas àquele que hoje conhecemos como o Caminho Francês, paradigmático dentro de uma grande teia que é o Caminho de Santiago. É importante referir, no entanto, que o Caminho de Santiago é uma rede de caminhos interconexos por um ponto central, mas que podem ser feitos em muitos casos em diversas direcções, como é o caso da Via Francigena que liga Roma a Santiago ou num caso mais recente e próximo o Caminho Português que liga Lisboa a Santiago e que pode ser percorrido inversamente em direcção a Fátima. O Caminho de Santiago conta

---

<sup>55</sup> Singul, 1999: 64.

<sup>56</sup> Singul, 1999: 78-80.

também com diferentes rotas, provenientes do Leste e Norte europeu que se unem em França, e com rotas marítimas tão caras aos Ingleses e Holandeses, entre outros, atracadas nos portos Galegos de A Corunha e Ferrol que continuam em terra pelo Caminho Inglês até Santiago<sup>57</sup>.

---

<sup>57</sup> Ver mapa completo em Anexo A.



## II. METODOLOGIA

### 2.1. O Estado da Arte

Embora se multipliquem as obras que abordam temáticas em torno do tema Caminho de Santiago, de entre as quais se destacam os inúmeros guias e literatura de viagem, cujo primeiro foi o Códice Calixtino ou *Liber Sancti Jacobi* (atribuído a Aymeric Picaud escrito no século XII<sup>58</sup>) e que ao longo dos séculos foram sendo produzidos por clérigos, peregrinos e académicos, não são muitas as obras que se debruçam sobre o Caminho de Santiago do ponto de vista da sua gestão enquanto bem patrimonial.

Em Portugal encontramos alguns estudos recentes de diversas áreas disciplinares, cuja temática está directamente relacionada com o Caminho de Santiago. Existem trabalhos no ramo das tecnologias e da sua aplicação ao Caminho<sup>59</sup>, da arquitectura<sup>60</sup> e design<sup>61</sup>, da antropologia e do turismo. Ressalvo as contribuições das duas últimas áreas enunciadas para a temática que aqui se aborda destacando os seguintes trabalhos: *Olhares sobre o património: uma etnografia do caminho de santiago português*<sup>62</sup>, *O turismo e os territórios da espiritualidade: os caminhos de Santiago em Portugal*<sup>63</sup> e *Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos*<sup>64</sup>.

As questões que agora levantamos seguem o trabalho de Leandro Gomes, acima referido, que aborda o Caminho de Santiago enquanto bem patrimonial, focando as questões relacionadas com a sua gestão, utilizando uma metodologia baseada na observação participante e na realização de entrevistas a responsáveis e representantes dos organismos com responsabilidades de gestão no Caminho. O estudo que aqui se empreende ganha ainda mais relevância graças aos contributos das obras referidas, permitindo-nos fazer um importante ponto de situação das práticas de gestão patrimonial de então e compara-las à sua realidade actual. Por outro lado, procuraremos explorar a dicotomia entre *valor de uso* e *valor simbólico*<sup>65</sup> no contexto do Caminho de Santiago e

---

<sup>58</sup> Singul, 1999: 163-164.

<sup>59</sup> Ver Antunes, 2016.

<sup>60</sup> Ver Santos, 2015 e Soares, 2017.

<sup>61</sup> Ver Pimenta, 2016.

<sup>62</sup> Ver Gomes, 2012.

<sup>63</sup> Ver Nadais, 2010.

<sup>64</sup> Ver Duarte, 2016.

<sup>65</sup> Baudrillard, 1972.

de que forma as práticas de gestão podem influenciar as flutuações desses mesmos valores. Este estudo procura reflectir sobre a realidade da gestão do Caminho de Santiago enquanto bem patrimonial e cultural, num tempo em que a indústria do Turismo aposta cada vez mais no Caminho enquanto matéria-prima dos seus produtos.

## **2.2. Dados estatísticos sobre a peregrinação a Santiago de Compostela**

A Oficina do Peregrino é uma dependência da Catedral de Santiago de Compostela que tem como missão receber os peregrinos à chegada a Santiago de Compostela. É responsável por emitir as Credenciais do Peregrino, essenciais durante a caminhada para, através da recolha de carimbos ao longo do dia, ter acesso aos albergues públicos e ao chegar a Santiago de Compostela, comprovar que se completou a peregrinação e assim receber a *Compostella*, documento que certifica o cumprimento da peregrinação. Esta oficina tem ainda como função a recolha dos dados, disponibilizando-os através da sua página *on-line*<sup>66</sup>, onde podemos aceder a estatísticas anuais e mensais remontando a 2004.

O presente trabalho está ancorado em alguns dados importantes fornecidos por este organismo. A partir das variáveis, “números totais de peregrinos”, “local de partida” e “caminho percorrido”, analisadas desde o ano de 2010<sup>67</sup>, poderemos perceber qual é a importância do Caminho Português, especialmente no troço com partida na cidade do Porto, e de que forma o conhecimento destes dados e a exploração que aqui faremos da temática da gestão do Caminho enquanto bem patrimonial são pertinentes.

Remontando ao ano de 2010<sup>68</sup> contabilizou-se um total de 272.417 peregrinos. Destes, 5.680 (2.09%) iniciaram o Caminho no Porto, que nesta época obtinha o 10º lugar na tabela dos lugares de partida. Neste ano o Caminho Português já era o segundo mais percorrido de toda a rede, ficando apenas atrás do mítico Caminho Francês, facto que se mantém até hoje. Embora nos anos seguintes a totalidade de peregrinos contabilizados fosse sempre inferior ao Ano Santo, manteve sempre uma lógica de crescimento. No ano de 2016<sup>69</sup> bateu-se o recorde de 2010 quando 277.854 pessoas completaram a

---

<sup>66</sup> Oficina del Peregrino, Estadísticas.

<sup>67</sup> Ano Santo Jacobeu, durante o qual são concedidas especiais indulgências aos peregrinos, e que acontece quando o dia 25 de Julho, dia de São Tiago, é um domingo.

<sup>68</sup> Fonte: Oficina do Peregrino.

<sup>69</sup> Fonte: Oficina do Peregrino.

peregrinação, sendo que 17.726 (6.38%) partiram do Porto que, enquanto em 2010 detinha a 10ª posição como lugar de partida, em 2016 sobre para o 3º lugar.

Estes dados apontam para um crescimento constante de toda a rede do Caminho, mas principalmente para o crescimento do Caminho Português, aqui representado na sua totalidade de variantes. Importa referir que, pelos dados já disponibilizados relativamente ao presente ano<sup>70</sup>, até ao final do mês de Agosto, foram registadas 217.27 chegadas de peregrinos a Santiago de Compostela, das quais 15.384 iniciaram no Porto a sua jornada pelo Caminho de Santiago. Estes números apontam novamente para a continuidade do crescimento que verificamos ao longo dos últimos anos.

### **2.3. Metodologia e Percepções sobre o Caminho Central Português**

Como metodologia, escolheu-se fazer uma análise Intensiva/ Qualitativa porque ocorrendo num cenário natural, permite desenvolver maior proximidade com o objecto de estudo.

Utiliza métodos múltiplos que são interactivos e humanísticos, como é o caso das observações abertas, as entrevistas, e tipos de documentação variada como os que foram utilizados, além disso é emergente, o que permite um refinar das questões de pesquisa ao longo do tempo e é fundamentalmente interpretativa, estabelecendo uma relação de proximidade entre o investigador e o objecto e promovendo o contínuo levantar de questões<sup>71</sup>. Utiliza-se também o Método Comparativo, através da análise das práticas de gestão Galegas, por estas serem um modelo paradigmático no que diz respeito ao universo do Caminho de Santiago, pelo seu sucesso, e por representarem uma alternativa às práticas verificadas em Portugal, permitindo-nos compreender as dinâmicas e de que forma diferentes práticas e políticas afectam os resultados no seio da rede do Caminho de Santiago.

#### **2.3.1. Inquéritos aos Peregrinos**

Para compreender quais eram as percepções dos peregrinos em relação ao Caminho Português Central de Santiago, enquanto bem patrimonial e relativamente às suas práticas

---

<sup>70</sup> Fonte: Oficina do Peregrino, Estadísticas.

<sup>71</sup> Creswell, 2003:18-21.

de gestão desenvolveu-se um inquérito *online*, que esteve disponível durante os meses de Abril a Julho de 2017, através da plataforma Google Docs.

O apelo à participação foi feito através de grupos de *facebook* nacionais e internacionais centrados na temática do Caminho de Santiago, bem como pela divulgação através de Associações de Amigos do Caminho de Santiago. Destinava-se este inquérito aos peregrinos que já tivessem percorrido o Caminho Central Português no troço compreendido entre o Porto e Valença do Minho. Apesar da amostra estar longe de ser representativa, este inquérito serviu como um levantamento das opiniões acerca de uma faceta do Caminho de Santiago que não é muito explorada, uma vez que grande parte dos inquéritos e dos estudos conhecidos feitos aos peregrinos centram o seu foco nas motivações, experiências e transformações que levam o Peregrino a empreender o Caminho. Não se espera que os dados aqui revelados sejam pedra basilar deste estudo, apenas que nos concedam alguma luz sobre como os peregrinos inquiridos percecionam o Caminho dentro do âmbito estritamente patrimonial e cultural.

Estes inquéritos foram divididos em duas partes, são elas: o perfil do inquirido, no qual se recolheram os dados sobre o género, a idade, a nacionalidade, as motivações para a peregrinação, as motivações para a escolha do Caminho Português Central e a realização de outros itinerários do Caminho de Santiago (toda a rede); e na segunda parte questiona-se a perceção que os peregrinos têm acerca do Caminho enquanto bem patrimonial, da sua gestão e da sua experiência de peregrinação. A primeira parte segue o modelo estatístico da Oficina do Peregrino e os resultados obtidos são coincidentes com os deste modelo, foram utilizadas perguntas fechadas para o género, idade – esta pergunta não segue o modelo da Oficina do Peregrino, que agrupa em três categorias, menores de 30 anos, 30 a 60 anos e maiores de 60, tendo sido utilizada uma referência de 10 em 10 anos que permite um maior detalhe sobre a idade dos peregrinos - e realização de outros itinerários. Foram ainda utilizadas questões semi-abertas, para as perguntas sobre: nacionalidade, neste caso estavam representadas as sete nacionalidades que, segundo os dados da Oficina do Peregrino, mais representação têm no Caminho de Santiago e uma opção em aberto; as motivações para a escolha do Caminho Central Português, estando três premissas sugeridas e uma em aberto. A segunda parte procura explorar a opinião dos inquiridos através de perguntas fechadas e semi-abertas, pedindo-se uma avaliação da experiência de peregrinação e das suas condições (alojamento, segurança, sinalização, apoio ao peregrino, e salvaguarda do património) através da sugestão de algumas

premissas que foram avaliadas de “Discordo Completamente” a “Concordo Completamente”

De um total de 104 respostas válidas, 65 dos inquiridos identificaram-se como sendo de sexo masculino e 39 do sexo feminino.

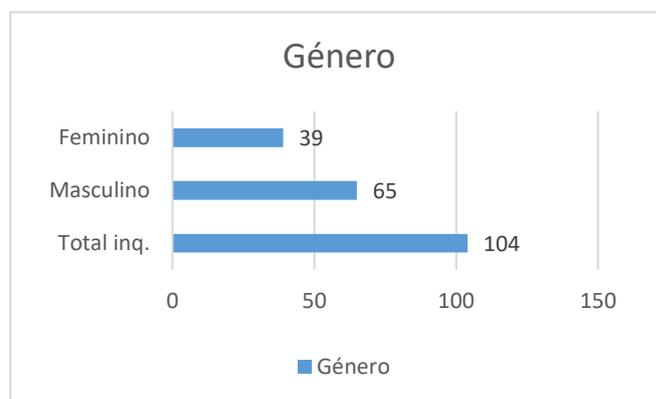


Figura 1.2. Género dos peregrinos.

No que diz respeito às faixas etárias, a que tem mais representatividade é a dos 50-60 anos com 34 inquiridos, seguida da faixa dos 40-50 anos com 26 respostas, 30-40 com 22 respostas, as faixas dos 20-30 e 60-70 ambas com 9 respostas cada e finalmente a faixa de +70 com 4 respostas. Refira-se que embora estivesse presente nas opções de escolha, a faixa etária compreendida entre os 15-20 não obteve nenhuma resposta.

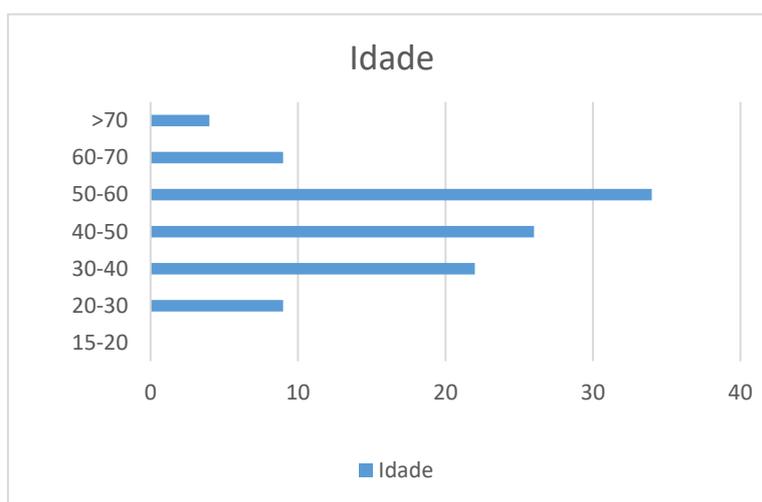


Figura 2.2. Idade dos Peregrinos

Em relação à nacionalidade, encontram-se representadas 14 nacionalidades diferentes. A nacionalidade com maior representatividade é a Portuguesa com 71

respostas, seguindo-se a Estadunidense com 9 respostas, Britânica com 5 respostas, Sul Africana, Alemã e Espanhola com 3 respostas cada, Francesa e Irlandesa com 2 respostas cada e as restantes, Finlandesa, Canadiana, Galesa, Australiana, Argentina e Brasileira com 1 resposta cada.

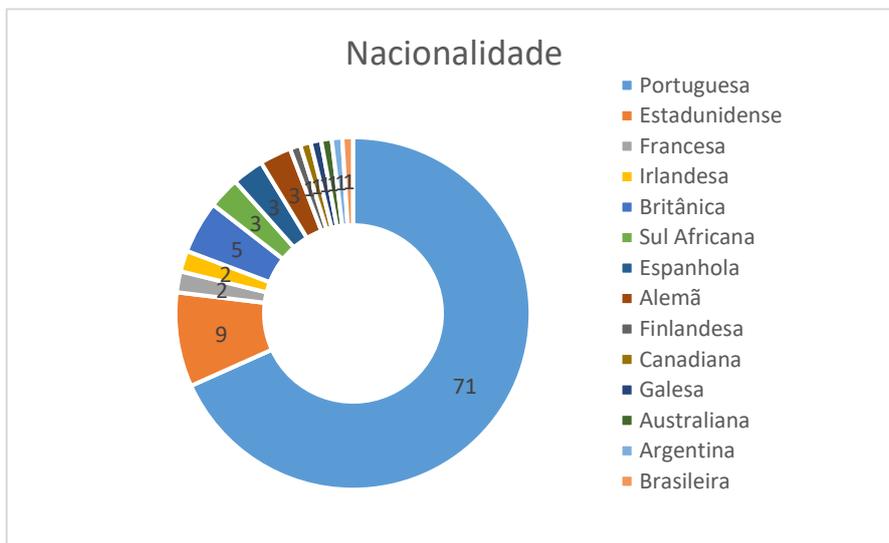


Figura 3.2. Nacionalidade dos peregrinos

Ainda no que diz respeito ao perfil do inquirido, a motivação mais comum para realizar a peregrinação é a Religiosa/Espiritual com 61 respostas, seguindo-se a Desportiva/Aventura com 25 respostas e finalmente com 18 respostas a motivação Lazer/Turística.

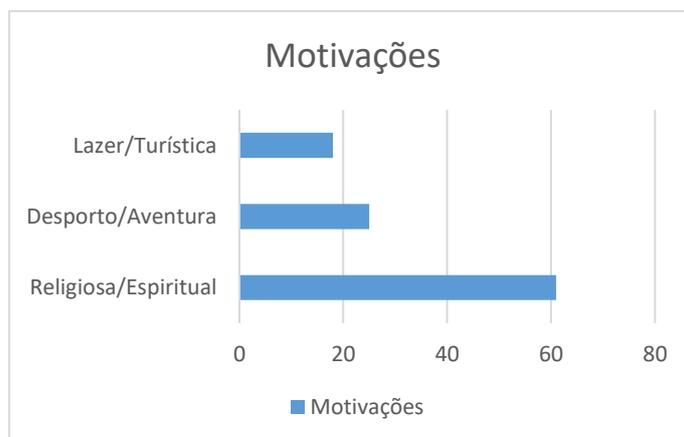


Figura 4.2. Principais motivações dos peregrinos.

Como motivos para a escolha do Caminho Central Português, foram sugeridas quatro possibilidades de resposta, sendo que a última era aberta, estando aqui plasmadas apenas as mais representativas. Desta forma a resposta mais apresentada é a “Pela beleza das suas paisagens naturais e pelo seu património histórico e cultural” com 35 dos inquiridos a escolherem este motivo, seguem-se “Por ser um dos caminhos mais antigos e mais percorridos” com 32 respostas, “Pelas boas condições de segurança e oferta de albergues” com 12 respostas, “Proximidade da área de residência” com 7 respostas e “Fazer um Caminho diferente de outros já percorridos” com 3 respostas.

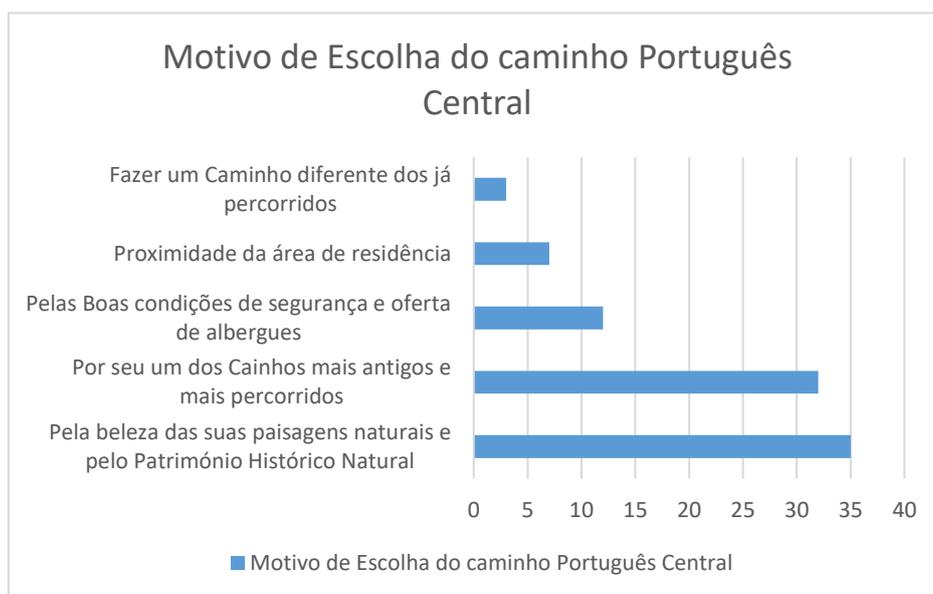


Figura 5.2. Motivos para a escolha do Caminho Português Central

Finalizando o perfil do inquirido, 65 pessoas referiram já ter percorrido outras variantes do Caminho de Santiago enquanto 39 responderam negativamente.



Figura 6.2. Frequência de outros caminhos

Já na segunda parte do inquérito e questionados sobre se consideram o Património Cultural inerente ao Caminho Português de Santiago uma parte importante deste, 103 dos inquiridos responderam sim e 1 respondeu não.



Figura 7.2. Respostas focando a importância do Património Cultural

Questionados sobre quais dos seguintes elementos consideravam essenciais para a valorização do Caminho Central Português de Santiago, “Cuidados com o traçado e a sua marcação” foi o mais consensual, tendo sido escolhido por 75 inquiridos, enquanto “Albergues Oficiais” e “Promoção e Salvaguarda do património cultural inerente ao

Caminho” foram igualmente escolhidos 72 vezes; 55 dos inquiridos escolheram também “Apoio ao utilizador/peregrino”, 43 escolheram “segurança” e 17 seleccionaram “actividades e programação culturais” como elementos essenciais à valorização do Caminho.

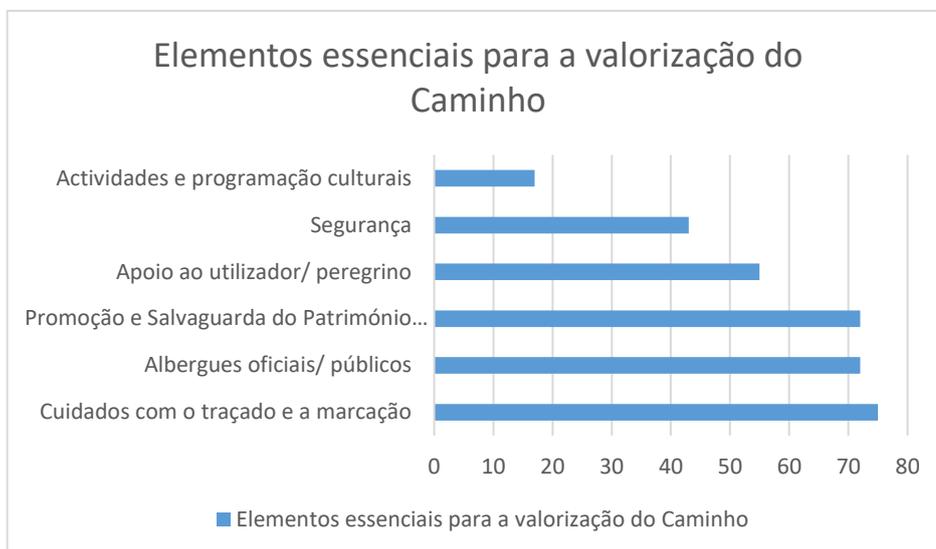


Figura 8.2. Respostas sobre factores para valorização

Foi pedido aos inquiridos que avaliassem as condições de gestão e valorização do Caminho Central Português segundo a sua experiência, numa escala de 1 a 5, sendo 1 Péssima, 2 Má, 3 Regular, 4 Bom e 5 Excelente. 45 Inquiridos responderam ter tido uma experiência Boa, 33 responderam Regular, 24 responderam Excelente e 2 responderam Má.

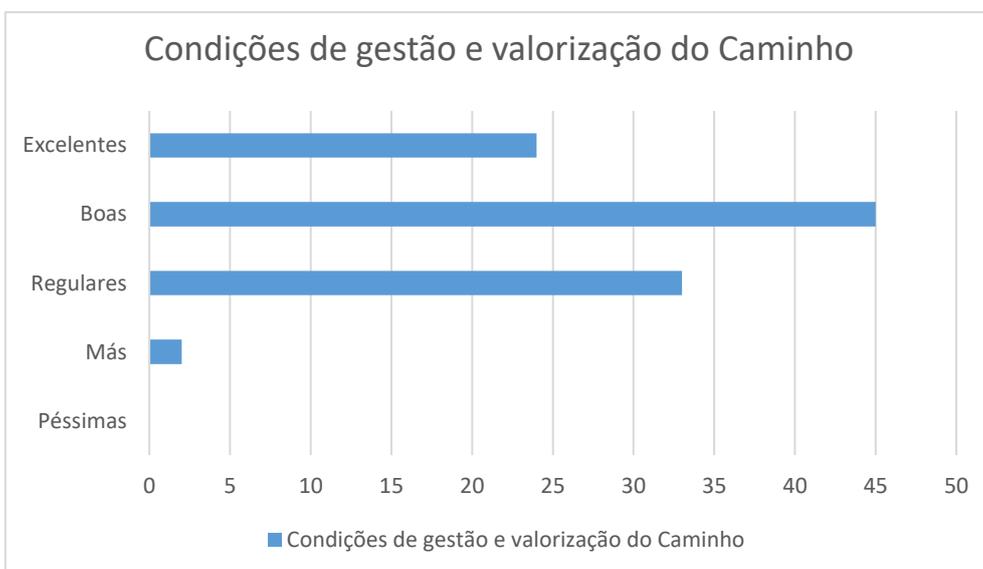


Figura 9.2. Avaliação das condições de gestão e valorização.

Foi ainda pedido que os inquiridos avaliassem as seguintes premissas: “O Caminho está bem assinalado e transitável em todo o seu percurso”, 45 responderam Concordo, 25 responderam Concordo Completamente, 24 responderam Discordo e 10 responderam Discordo Completamente; “ Os Albergues existentes são suficientes para a procura e têm todas as condições necessárias”, 37 responderam Discordo, 33 responderam Concordo, 17 responderam Não Sei/ Não Respondo, 11 responderam Discordo Completamente e 6 responderam Concordo Completamente; “O Caminho é seguro”, 45 responderam Concordo, 33 responderam Concordo Completamente, 16 responderam Discordo, e 10 responderam Discordo Completamente; “O Património cultural arquitectónico inerente ao Caminho encontra-se protegido e valorizado”, 36 responderam Discordo, 33 responderam Concordo, 18 responderam Não sei/ Não respondo, 11 responderam Discordo Completamente e 6 responderam Concordo Completamente.

	1	2	3	4	5
O Caminho está bem assinalado e transitável em todo o seu percurso	10	24	-	45	25
Os Albergues existentes são suficientes para a procura e têm todas as condições necessárias	11	37	17	33	6
O Caminho é seguro	10	16	-	45	33
O Património cultural arquitectónico inerente ao Caminho encontra-se protegido e valorizado	11	36	18	33	6

Quadro 1.2. Avaliação das premissas do Inquérito aos Peregrinos

Legenda: 1- Discordo Completamente; 2- Discordo; 3- Não sei/ não respondo; 4- Concordo; 5- Concordo Completamente

Quando foi pedido aos inquiridos que assinalassem “qual ou quais das seguintes entidades considera que deveriam ser responsáveis pela gestão do Caminho de Santiago”, 64 dos inquiridos seleccionaram Autoridades Locais (Juntas de Freguesia e Municípios), 30 disseram Não saber que existiam entidades responsáveis pelo Caminho, 22 assinalaram Autoridades Regionais (Distritos) e 11 seleccionaram Autoridades Nacionais (Direcção Geral do Património Cultural e outras entidades governativas).

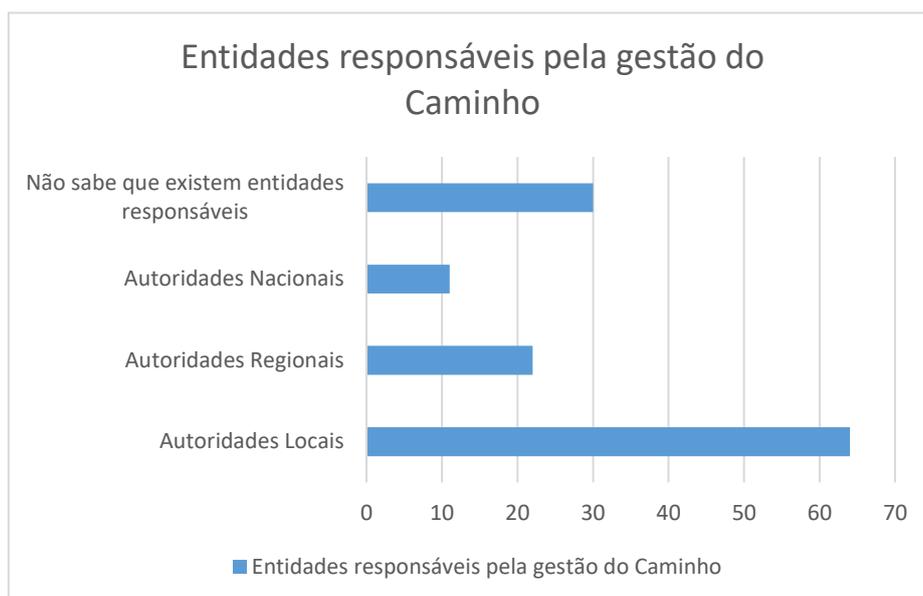


Figura 10.2. Resposta sobre entidades de gestão.

Finalmente, foi pedido que os inquiridos assinalassem qual ou quais das seguintes entidades, na sua opinião, deveriam ser responsáveis pela gestão do Caminho, 69 inquiridos assinalaram Associações (Peregrinos e Amigos do Caminho), 62 assinalaram Autoridades Locais (Juntas de Freguesia e Municípios), 39 assinalaram Autoridades Nacionais (Direcção Geral do património e outras entidades governativas), 32 assinalaram Autoridades Regionais (Distritos) e 12 assinalaram Organismo de Gestão Autónomo.

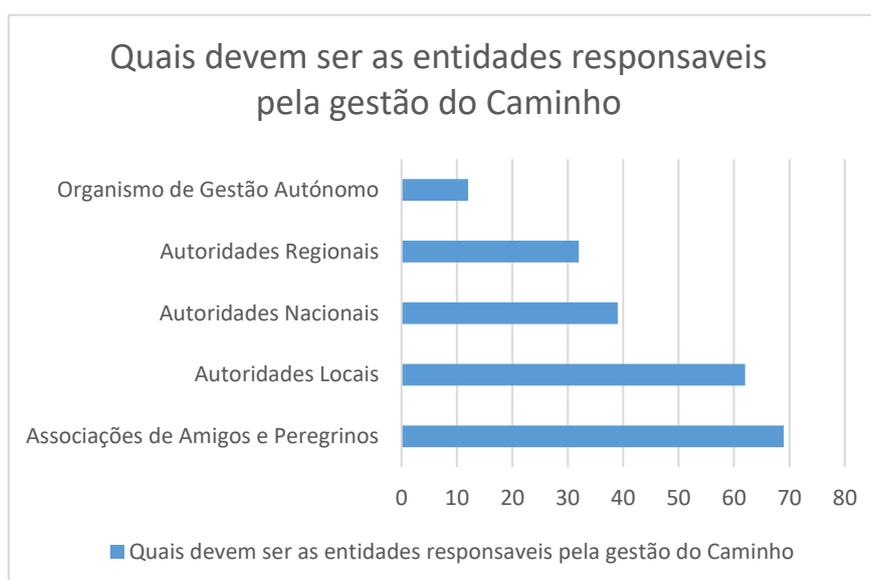


Figura 11.2. Respostas sobre a melhor estrutura para a gestão do Caminho.

### 2.3.2. Entrevistas aos Responsáveis pela Gestão

Tendo em conta que a informação sobre as práticas de gestão do Caminho Central de Santiago disponível é bastante escassa, tornou-se fundamental recorrer a entrevistas junto das autarquias atravessadas pelo troço de Caminho aqui explorado e de uma associação, a Associação Espaços Jacobeus.

Foram ainda realizadas entrevistas junto das autoridades locais por serem elas que, tendo poderes efectivos na gestão do território e do património, cumprem práticas de salvaguarda e valorização. Foi premente perceber junto destes responsáveis quais as suas visões acerca do Caminho de Santiago, quais as políticas e práticas a serem aplicadas nas áreas da sua jurisdição, quais os problemas que se levantam e qual o futuro dos bens patrimoniais sobre os quais eles agem. Adicionalmente realizou-se uma entrevista à Associação Espaço Jacobeus que, embora se insira no enorme universo de associações de amigos do caminho e peregrinos - tornando-se incomportável a sua representatividade – é uma associação que está presente em todo o país, através de delegações que vão desde o Norte ao Sul, passando pelas Ilhas. A inserção de uma entrevista a uma associação foi também relevante uma vez que é muitas vezes pelo trabalho das associações, que a promoção e valorização do Caminho de Santiago é feita. Reveste-se de importância o facto de que neste balanço entre actores surgem alianças, mas também conflitos, afectando directamente as práticas de gestão do Caminho de Santiago, questões que podemos clarificar com os dados recolhidos nas entrevistas realizadas.

Foram contactados os municípios do Porto, Maia, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Barcelos, Ponte de Lima, Paredes de Coura e Valença, sendo pedida uma entrevista ao responsável municipal pela gestão do Caminho de Santiago. As entrevistas foram feitas por via telefónica ou por correio electrónico, devido à falta de tempo e meios que permitissem a entrevista presencial. Os contactos de pedido de entrevista ocorreram no mês de Março de 2017, tendo sido as entrevistas marcadas e realizadas até o final de Junho do mesmo ano. Dos municípios contactados, o Porto, via telefónica, respondeu não ter qualquer tipo de projecto a decorrer no Caminho Português Central e por isso não aplica qualquer política de gestão do mesmo, invalidando assim o interesse que estaria por trás da entrevista, ou seja, recolher dados sobre as práticas de gestão. O Município da Maia desde logo se disponibilizou para responder à entrevista

através do Sr. Rui Rodrigues, Chefe de Divisão da Área da Cultura e do Turismo. O Município de Matosinhos também respondeu favoravelmente, indicado o Sr. José Varela, Técnico Superior do Gabinete Municipal de Arqueologia e História. O Município de Vila do Conde fez-se representar pelo Sr. Pedro Brochado, Coordenador do Gabinete Municipal de Arqueologia. O Município de Barcelos concedeu a entrevista através do Sr. Nuno Rodrigues, Coordenador da Divisão Municipal de Turismo. O Município de Valença fez-se representar pela Sra. Isilda Salvador, Chefe de Divisão de Museologia e Turismo. Dos restantes municípios contactados, Póvoa de Varzim mostrou-se disponível através do Sr. José Flores mas apesar dos contactos para marcar a entrevista, questões de saúde do entrevistado impediram a sua realização em tempo útil; quanto a Ponte de Lima, foi indicado que a entrevista seria concedida pelo Sr. Vereador Paulo Sousa, mas após vários contactos quer via correio eletrónico quer telefónico nunca foi obtida nenhuma resposta por qualquer das vias. O mesmo aconteceu em relação a Paredes de Coura, tendo sido indicado o Sr. Vereador Tiago Cunha como responsável que concederia a entrevista. Quanto à Associação Espaço Jacobeus a entrevista foi concedida pelo Sr. Lúcio Lourenço, Vice-Presidente da Associação.

As informações recolhidas foram analisadas e processadas sob a forma de grelhas de análise, os dados recolhidos serão expostos no primeiro ponto do capítulo IV onde analisamos as práticas de gestão no Caminho Central Português de Santiago.

### **2.3.3. Observação Participante**

A observação participante revelou-se uma ferramenta muito útil para perceber vários fenómenos que não conseguem ser reflectidos através de outros métodos de pesquisa, principalmente quando o objecto de estudo é próximo do investigador.

Tal permitiu que entrar dentro da esfera do objecto, com a única condição de manter o equilíbrio na análise da informação através de um olhar só seu, sem cair no preconceito e no juízo de valor, evitando por outro lado, servir como mero reproduzidor da realidade que lhe é apresentada.<sup>72</sup>

No capítulo seguinte reflectem-se os dados recolhidos através da observação no terreno. Esta consistiu na realização, a pé, do troço do Caminho Central Português de

---

<sup>72</sup> Vidich & Lyman, 2000: 23-24.

Santiago que aqui estudamos, do Porto a Valença, realizada entre 14 de Maio de 2017 e 21 de Maio de 2017.

### III. OBSERVAÇÃO NO TERRENO

Porto, Estação de Comboios da Campanhã, dia 14 de Maio de 2017, 12:39.

Começamos a caminhada. Após a espera de uma hora junto à Sé do Porto, que se encontrava fechada por ser hora de almoço, conseguimos finalmente pedir a Credencial do Peregrino (Figura 12.3.) que tem o custo/donativo de 2,00€. É o documento mais importante da jornada, sendo o comprovativo que nos dá acesso aos albergues públicos ou oficiais, mediante a obrigatoriedade de adicionar um mínimo de dois carimbos diários como prova da passagem pelo Caminho.



Figura 12.3- Credencial do Peregrino. Foto da autora.

14:40h: damos os primeiros passos no Caminho que serpenteia o centro histórico da cidade, detemo-nos nos Aliados e encontramos um amigo para um café; avançamos com ele até aos Clérigos e depois de algumas horas é tempo de caminhar até ao albergue que nos vai acolher esta noite. Percorremos a Rua da Cedofeita, seguindo as setas amarelas, continuamos a caminhar até à Circunvalação e desviamo-nos do Caminho para ir até ao Albergue de Peregrinos da Associação Via Portus Cale, onde somos recebidos por uma voluntária que estando a “fazer” o Caminho decidiu parar alguns dias e ficar no albergue, auxiliando os peregrinos que chegam. A estadia não tem um custo fixo, cada um deixa o donativo que entende; existem dois quartos cheios de beliches, casas de banho com duche quente e uma cozinha/sala grande para as refeições. Somos apenas 4 pessoas, todas mulheres, 3 portuguesas, 1 alemã, conversamos sobre o mundo, jantamos, vamos descansar e preparar-nos para a jornada do dia seguinte.



Figura 13.3. Seta no Caminho, Exemplo de Sinalização (algures entre a Maia e Vairão). Foto da autora.

Sra da Hora: 07:00 horas, pés ao Caminho, seguindo as setas (Figura 13.3.). A meta de hoje é Vairão. Até lá, grande parte do Caminho é feito pelas bermas muitas vezes inseguras da Estrada Nacional; passamos por alguns cruzeiros e capelas, somos desviados para uma Zona Industrial, retornamos à Estrada Nacional e já no concelho de Vila do Conde, uma placa informativa (Figura 14.3.) sinaliza um desvio ao traçado pela Estrada Nacional. Entramos numa zona rural e campestre, atravessamos algumas aldeias e a sinalização feita pelas tradicionais setas amarelas e por pequenas placas (Figuras 13.3.,14.3., 15.3., 16.3 e 17.3.) com simbologia associada ao Caminho.



Figura 14.3. Seta no Caminho (algures entre Vairão e Barcelos). Foto da autora.



Figura 15.3. Placa informativa (Vila do Conde).  
Foto da autora.



Figura 16.3. Placa de sinalização  
(Vila do Conde). Foto da autora.



Figura 17.3. Azulejo de  
sinalização (Gião- Vila do Conde).  
Foto da autora.

Entramos em Vairão, lugar pitoresco e quase deserto, não fosse a escola primária cheia de crianças à entrada da aldeia a quebrar o sossego, julgar-nos-íamos num lugar de outro tempo, as pequenas casas de pedra estão cuidadas, as ruas limpas e arranjadas, mas não há pessoas. Ao fundo da rua aparece o Mosteiro de Vairão, é aqui que vamos pernoitar, a igreja está fechada e só abre para as celebrações, para as limpezas aos sábados ou para a catequese, é nos dito pela D. Alice, voluntária responsável pelo albergue, uma senhora de meia-idade que esta semana teve as suas responsabilidades aliviadas graças a

um casal de peregrinos que decidiram, após terem terminado a sua jornada em Santiago, voltar aqui e ajudar quem por aqui passa. São 13:30h, chegámos cedo, ao mesmo tempo chega um senhor francês, ainda não há mais pessoas no albergue. Tomamos banho, descansamos, falamos pela tarde com o casal de voluntários do albergue; aos poucos o albergue, enorme, vai-se enchendo, pelo fim da tarde já devemos ser cerca de 50 pessoas. Aqui existe um museu, no mesmo piso dos quartos, uma pequena sala cheia de histórias, apenas alguns objectos deixados e pequenos textos contando a história de alguém que por aqui passou, é o Museu do Peregrino (Figuras 18.3., 19.3. e 20.3.), ainda pequeno e recente (2015) mas onde cabem as histórias de todos, onde todos são convidados a deixar parte de si, onde quem deixa não pede nada em troca. É hora de descansar, amanhã rumamos a Barcelos, terra da Lenda do Galo.



Figura 18.3 Placa informativa sobre o Museu do Peregrino (Albergue de Peregrinos - Mosteiro de Vairão). Foto da autora.



Figura 19.3 Peças do Museu do Peregrino. Foto da autora.



Figura 15.3 Imagem de Santiago no centro do espaço do Museu do Peregrino. Foto da autora.

Vairão, 06:30h, o sol ainda não nasceu, mas já clareia o dia. Começamos a caminhada entre altos muros de granito e eucaliptais, entramos em Vilarinho e encontramos um monumento ao peregrino (Figura 21.3.), descemos uma longa estrada rectilínea que atravessa campos de milho e o sol aparece entre as árvores, viramos à direita e atravessamos a Ponte de D. Zameiro (Figura 22.3.). Atravessamos uma aldeia ainda adormecida e continuamos pelo caminho de terra que serpenteia entre campos de milho e nevoeiro, entramos no Concelho de Póvoa do Varzim, a sinalização passa a consistir apenas nas setas amarelas. A meio da jornada descansamos em S. Pedro de Rates, não fomos à igreja por falta de informação e sinalização no trajecto que requereria um desvio de apenas 500 metros de onde nos encontrávamos, mas que só tomamos conhecimento já muito depois, as origens deste templo antecedem o nascimento de Portugal como nação, é uma obra-mestra, um exemplar da arquitetura românica em Portugal, talvez tenha sido o único pecado cometido ao longo de todo o Caminho, não sem verdadeiros arrependimentos. Continuamos pelo meio de campos e matas, subindo, descendo, subindo mais.



Figura 21.3 Monumento ao Peregrino (Vilarinho). Foto da autora.



Figura 22.3 Ponte de D. Zameiro (Macieira da Maia). Foto da autora.

Chegamos a Barcelos por volta das 13:00h. Desde que saímos encontramos alguns peregrinos que pernoitaram em Vairão, agora os que vão chegando misturam-se com as gentes da cidade, com os turistas, fazem a travessia da ponte entre Barcelinhos e Barcelos, de um lado existem dois albergues, um gerido pelo Grupo Folclórico de Barcelinhos e outro com gestão da Associação Amigos da Montanha, estão os dois cheios; existem outros particulares do outro lado do rio Cávado, em Barcelos, dirigimo-nos para lá, é no Albergue Cidade de Barcelos que vamos passar esta noite. À saída da ponte encontramos a Casa da Azenha, um antigo moinho agora transformado em *Help Point* direccionado para os peregrinos a caminho de Santiago, acima eleva-se o Paço dos Condes de Barcelos, actual Museu Arqueológico onde se encontra o famoso Cruzeiro do Galo (Figura 23.3.) no qual está esculpida a Lenda do Galo de Barcelos. Continuamos a subir rumo ao centro histórico, passamos pela casa do Condestável D. Nuno Alvares Pereira, pelo Teatro Gil Vicente, pela Torre Medieval e pela Igreja Matriz (Figura 25.3.) até nos encontrarmos em pleno coração da cidade, perto do albergue onde vamos ficar. A cidade enche-se de pessoas pela tarde fora, muitos são peregrinos, alguns já conhecidos do dia anterior, outros que se juntam ao grupo que daqui partirá amanhã ao amanhecer. Movemo-nos por Barcelos palmilhando os locais de interesse, descobrimos que será difícil conhecer tudo numa tarde, a cidade é simples, mas nunca simplória, é genuína, cheia de carácter, vida e despojada de falsas grandezas. A sua grandeza são as ruas limpas, os edifícios cuidados, o comércio local a ferver de variedade e novidade e a simpatia das suas gentes. É uma cidade pequena, não tem pretensão de ser metrópole, mas talvez por se saber verdadeira foi capaz de, pela Lenda, chegar a representar um país inteiro.



Figura 23.3 Cruzeiro do Galo - Museu Arqueológico do Paço dos Duques (Barcelos). Foto da autora.



Figura 24.3 Estátua do Galo de Barcelos (junto ao Museu da Olaria – Barcelos). Foto da autora.

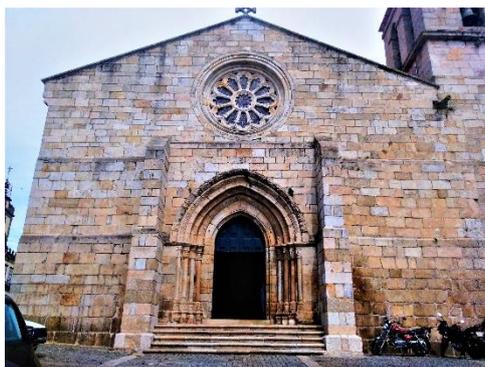


Figura 25.3 Igreja Matriz de Barcelos (Junto ao Paço dos Condes de Barcelos – Actual Museu Arqueológico). Foto da autora.

Barcelos, 08:00h, começamos mais tarde a caminhada. A etapa é curta até Tamel, atravessamos a cidade enquanto tomamos o pequeno-almoço, caminhando junto à estrada nacional damos conta de passeios mais largos, cones de sinalização/proteção e sinalização vertical para os automobilistas anunciando a presença de peregrinos. Embrenhamo-nos de novo em caminhos de terra, entramos em pequenas aldeias, voltamos à estrada, estamos perto. Chegamos ao destino cerca das 11:30h. Tamel (Barcelos) é uma aldeia muito pequena onde só existe praticamente um restaurante e o albergue municipal; por ser o único albergue público entre Barcelos e Ponte de Lima que distam entre si 37 km, decidimos dividir esta etapa e descansar por aqui. O Albergue é novo e dispõe de 41 lugares que no final do dia não serão suficientes para todos os peregrinos que chegam. Arranjam-se colchões, espalham-se mochilas pela sala, as camas improvisadas chegam ao *hall* de entrada, a boa vontade dos funcionários e voluntários que aqui trabalham chega a todo o lado. Perguntámos se havia algum minimercado na aldeia, disseram-nos que



Figura 26.3 Decoração da Escadaria do Albergue (Tamel). Foto da autora.



Figura 27.3 Estátuas de Santiago decoram janela do Albergue (Tamel). Foto da autora.

havia um a cerca de 2 km, na aldeia seguinte e julgando não ter alternativa pusemos novamente pés ao caminho. Mais tarde enquanto descansávamos da pequena incursão, a incansável D. Gina regressa ao albergue para mais umas horas de voluntariado, traz-nos legumes do seu quintal e ovos para o jantar, lembra-se que tínhamos perguntado por um minimercado próximo e avisa que mais tarde vai ao supermercado na cidade perguntando se precisamos de boleia. A boa vontade destas pessoas chega mesmo a todo lado, chega a todos os que por aqui passam vindos dos quatro cantos do mundo e se daqui levamos uma recordação que seja um pouco desta disponibilidade para o outro, verdadeira e inegociável.

Tamel, 06:30h, caminhamos em direcção a Ponte de Lima, 26 km pelo meio de campos, embrenhamo-nos nas montanhas, o sol vai nascendo, subimos, descemos, voltamos a subir, há cheiro a jasmim ao longo do caminho, luz dourada do sol e campos calmos. Encontramos outros peregrinos, seguimos a passo ritmado, voltaremos a encontrar-nos adiante. A sinalização é diferente, além das tradicionais setas amarelas existem algumas placas informativas (Figuras 28.3.,29.3. e 30.3.) mas existem locais



Figura 28.3 Placa informativa (Balugães - Barcelos). Foto da autora.



Figura 29.3 Placa de sinalização (Facha- Ponte de Lima). Foto da autora.



Figura 30.3 Placa informativa de distância (Ponte de Lima). Foto da autora.

como cruzamentos onde a falta de sinalização (nem setas, nem placas) é evidente e onde facilmente nos perderíamos.

11:30h, chegamos a Ponte de Lima, atravessamos uma alameda paralela ao rio e entramos na zona histórica da cidade com a Ponte e os Soldados Romanos (Figura 31.3.) à nossa esquerda, do outro lado do rio Lima, *Decius Junios Brutus* parece indicar o caminho para o albergue. Atravessamos a ponte no meio de excursões de turistas e de crianças em visita de estudo, o albergue fica ao lado do Museu do Brinquedo Português, é dia 18 de Maio, Dia Internacional dos Museus, o Museu do Brinquedo está cheio e o albergue, seu vizinho ainda está fechado, só abrirá às 16:00h. Passeamos pela vila, almoçamos, esperamos, cansamo-nos de esperar, esperamos mais um pouco e finalmente abre o albergue. Com capacidade para 60 pessoas e com um volumoso número de peregrinos que se acumulou à porta, rapidamente se encheram os quartos. Já sem o peso da mochila e duche tomado há ainda tempo para aproveitar o Dia Internacional dos Museus no novíssimo Centro de Interpretação da História Militar de Ponte de Lima, instalado no Paço do Marquês, para deambular pelo centro histórico da vila e visitar a Igreja Matriz. É tempo de descansar para a etapa-rainha, amanhã subiremos a Serra da Labruja.



Figura 31.3 Soldados Romanos na margem esquerda do Rio Lima, vista para a Ponte e Igreja de Sto. António da Torre Velha. Foto da autora.



Figura 16 Monumento ao Peregrino (Junto à Igreja de Sto. António da Torre Velha, margem direita da ponte). Foto da autora.

06:00h, 19 km separam Ponte de Lima de Rubiães onde pernoitaremos, parece fácil, mas há uma montanha a escalar, pelo menos parte dela será a escalar. Mais uma vez tomamos o pequeno-almoço já a caminho, embrenhando-nos por caminhos de terra, junto a levadas de água que agora estão secas, começamos a subir ao ritmo do sol no céu. Entramos numa aldeia, o café/minimercado junto a uma capela é último ponto de

abastecimento antes da grande subida - cerca de 5 km, dos 100 aos 400 m de altitude – tomamos um café e abastecemos-nos para o almoço. Os 2 primeiros km são feitos por estrada, sempre a subir, depois entramos na floresta, por caminhos de terra, rendilhados de socalcos de águas passadas, árvores, cada vez menos terra no caminho, aparecem pedras, aparecem escadas de pedras, aparecem paredes de pedras, subimos a custo, apoiamos os pés e as mãos nas fracturas, nos sulcos das águas do inverno, imaginamos as cascatas geladas que por ali escorrem, encontramos de novo um caminho de terra, alívio e desilusão, nova parede de pedras, encontramos outros peregrinos, todos com mais de 50 anos, alguns com canadianas, todos passarão além deste bojador, como tantos outros antes deles. Passamos pela Cruz dos Franceses ou dos Mortos (Figura 33.3.), assim conhecida por ser o local onde foram emboscados e mortos os soldados das tropas de Napoleão aquando da invasão de 1809. Chegamos ao topo, falta descer e não nos enganemos, embora a dificuldade seja menor a destreza deve estar aguçada, é mais perigoso descer do que subir (Figura 34.3.). A descida é rápida e sem percalços, chegamos a Rubiães às 11:00, ainda se ultimam as limpezas do albergue, chegam mais peregrinos, almoçamos e descansamos. Passeamos pelas redondezas, próxima do albergue encontramos a Igreja de S. Pedro de Rubiães (Figura 35.3.), que embora não possamos visitar, possui duas curiosidades deliciosas no seu adro, a primeira, um marco miliário romano que foi convertido em sepultura durante a Idade-Média (Figura 36.3.), a segunda, o facto de no século XVI, ter sido ampliada, mas em vez de ter sido destruída e acrescentada, a sua cabeceira foi desmontada e voltada a montar no topo do acrescento que lhe fora feito, esta ação é visível no seu corpo onde estão bem marcados os locais acrescentados e demonstra uma consciência de valorização patrimonial e histórica do edifício. Durante a tarde falamos com alguns peregrinos com quem nos cruzámos nos últimos dias, uma rapariga Polaca que conhecemos em Vairão, um casal de Bielorrussos que já percorreu Portugal de uma ponta à outra e o José Luís, um espanhol de Madrid que nos acompanhou ao longo da etapa final. 20:00h, é hora de descansar, os tempos – temporal e meteorológico- no Caminho têm uma carga diferente, são-nos menos pesados, menos mecânicos, menos previsíveis, o passo não tem hora marcada nem cronómetro, a chuva e o sol vêm porque são natureza, o sono vem com a noite e o despertar com o avizinhar-se da luz. Somos mais humanos quando aceitamos a nossa substância natural.



Figura 33.3. Cruz dos Franceses (Serra da Labruja). Foto da autora.



Figura 34.3. Vista sobre o cume da Serra da Labruja. Foto da autora.



Figura 35.3. Igreja de S. Pedro de Rubiães. Foto da autora.



Figura 36.3. Marco Miliário Romano - Lado original preservado (Junto à Igreja de S. Pedro de Rubiães). Foto da autora.

Somos mais humanos quando estamos a Caminho.

07:00h: Rubiães, pés ao Caminho para a última jornada, apenas 18 km nos separam de Espanha e é até lá que iremos. Novamente por caminhos de terra e bosques, serpenteando ao longo do rio Coura, subindo até São Bento da Porta Aberta (não confundir com Braga), descendo por caminhos empedrados a lembrar as estradas romanas, é assim a derradeira etapa em solo português. Chegando a Valença entramos numa estrada municipal que nos leva ao centro da cidade raiana, mas não ficaremos por Portugal. O albergue de peregrinos ainda está fechado, são 11:00h, do outro lado do rio, em terras galegas há outro albergue que abre às 13:00h, passando a ponte já são 12:00h, teremos ainda de esperar uma hora, mas até lá falta cumprir o resto do Caminho em Portugal, subimos à Praça-Forte, atravessamos pelo meio dos turistas, dos vendedores e dos observadores (Figura 37.3.) voltamos a sair por outro portal, descemos e já vemos a poucos metros a Ponte Internacional do Minho, atravessamos a ponte, a meio a marcação

(Figura 38.3.) indica a fronteira, estamos em terras galegas, mais propriamente em Tui, subimos novamente até à zona histórica, o albergue fica atrás da Catedral de Santa Maria de Tui (Figura 39.3.), passamos por ali sem cansaço, a imponência do edifício assombra, uma fortaleza românica adornada com um tímpano gótico representado a adoração dos reis magos, entramos para recolher mais um carimbo, o último antes de chegar ao albergue. Está a haver um casamento, há muita gente nas ruas, está um dia bonito, o sol é quente, a luz é perfeita e a vontade de seguir caminho é enorme, mas teremos de ficar por aqui. Passeamos pelas ruas de Tui, sentamo-nos num jardim e na esplanada de um café, conversando e vendo José Luis pintar aguarelas com os materiais que trás sempre consigo, um estojo de pintura de bolso e o caderno feito por si. A vida é simples como a “quarela” do Toquinho e Vinícius de Moraes. Após uma noite de descanso é tempo de voltar ao tempo, do cronómetro e da meteorologia, dos transportes, da chuva que atrasa e dos horários que não esperam.

09:00h deixamos o albergue com vontade de seguir até Santiago, até Finisterra ou até onde quisermos cortar a meta. Até Santiago são aproximadamente 117 km, que completei em 2016, mas o Caminho, como uma obra de arte, nunca se esgota. Voltamos a Valença, esperamos pelo autocarro que nos trás de volta a Lisboa e continuamos a esperar, até que o tempo se volte a suspender, até que os pés se encontrem de novo a Caminho.

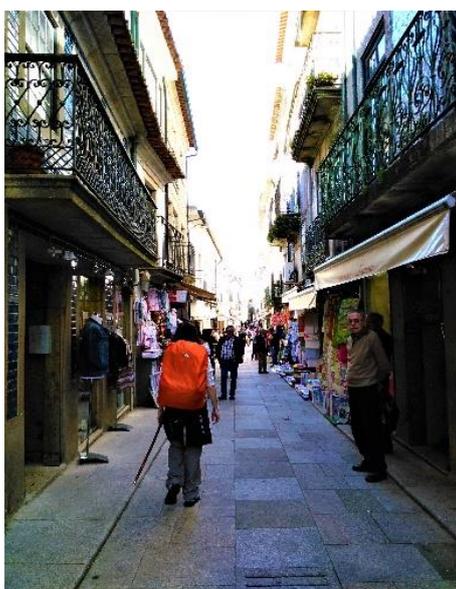


Figura 37.3. Atravessando a Praça-Forte de Valença. Foto da autora.

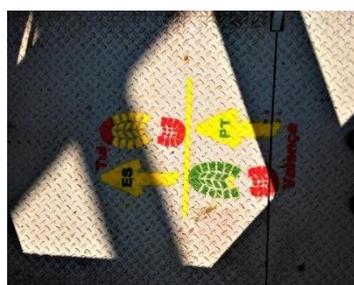


Figura 38.3. Marcação da fronteira na Ponte Internacional. Foto da autora.



Figura 39.3. Catedral de Santa Maria de Tui. Foto da autora.



Figura 40.3. Vista sobre o rio Minho e Ponte Internacional, ao fundo a Praça-Forte de Valença (Tui). Foto da autora.



Figura 41.3. Vista sobre o Rio Minho, ao fundo a cidade de Tui (Praça-Forte de Valença). Foto da autora.



## IV. ÓRGÃOS E PRÁTICAS DE GESTÃO – ESPANHA E PORTUGAL

### 4.1. Espanha

#### 4.1.1. Organismos

Em território Espanhol encontramos três entidades dedicadas à gestão da rede de Caminhos de Santiago, são elas:

a) Consejo Xacobeu, um organismo inter-administrativo de promoção do Caminho de Santiago em Espanha. É uma dependência do Ministério da Cultura e cabe a este conselho coordenar os fundos atribuídos às acções e intervenções de promoção a realizar na rede dos Caminhos. Produz ainda recomendações técnicas e estabelece linhas orientadoras, nele fazem-se representar as seguintes comunidades autónomas: Navarra, Aragão, País Basco, La Rioja, Castela e Leão, Cantabria, Asturias, Galiza e, desde 2009, Catalunha<sup>73</sup>.

b) Federação Espanhola de Associações de Amigos do Caminho de Santiago. É uma entidade que agrega todas as Associações de Amigos do Caminho de Santiago, respondeu à proliferação de associações ligadas ao Caminho que se fez sentir desde os anos 80 do século XX e floresceu nos anos 90. Em 1987 é realizado o primeiro Congresso Internacional de Associações de Amigos do Caminho de Santiago, em Jaca e em 1993 é criada a Federação com estatutos, reconhecida nacional e internacionalmente. Envolve-se e participa em projectos de parceria com autoridades governativas espanholas e internacionais e tem desenvolvido importantes estudos sobre as diferentes rotas pertencentes à rede de Caminho de Santiago<sup>74</sup>.

c) Sociedade Anónima de Gestão do Plano Jacobeu (S.A. de Xestión do Plan Xacobeo) é uma empresa pública, criada em 1991 e sediada em Santiago de Compostela. A sua criação foi um marco na promoção dos Caminhos de Santiago e envolveu o desenvolvimento de um vasto programa de actividades culturais e turísticas de comemoração do Ano Santo de 1993. Este programa, de enorme sucesso foi apelidado de Xacobeu 93 e é hoje uma marca conhecida. O que inicialmente era um programa pensado para uma data específica e com especial enfoque no Caminho Francês – o mais percorrido e mais divulgado - transformou-se num método de trabalho contínuo. Em 1994 o plano é

---

<sup>73</sup> Informação disponível em Xacopédia – Consejo Xacobeu.

<sup>74</sup> Informação disponível em Xacopédia - Federacion Espanola de Asociaciones de Amigos del Camino de Santiago.

aplicado a todas as rotas pertencentes à rede de Caminhos de Santiago em Espanha<sup>75</sup>. São competências deste órgão a gestão do “funcionamento da rede pública de albergues e outros edifícios”, a “coordenação das actuações em matéria de dotações de albergues, de conservação, sinalização e recuperação do Caminho, assim como a execução dos encargos de gestão”, “as relações com associações de amigos do Caminho de Santiago,” e a “coordenação de actuações específicas relacionadas com a cultura jacobea e seus encargos de gestão”<sup>76</sup>.

4.1.2. Práticas de gestão – Plano Director e Estratégico de Caminho de Santiago na Galiza  
Dos três organismos a cima referidos, aquele que maior influência tem na gestão dos caminhos é, sem dúvida, a S.A. de Gestão do Plano Jacobeu.

Apesar da sua acção se focar na região da Galiza, ela acaba por influenciar todas as restantes regiões atravessadas pelas rotas jacobeias e a forma como os seus agentes actuam no que diz respeito à gestão e promoção do Caminho de Santiago. Assim, analisaremos de seguida o *Plano Director Estratégico de Gestão do Caminho de Santiago na Galiza 2015-2021*, em vigor, ferramenta orientadora de toda a acção de salvaguarda, protecção e promoção dos Caminhos de Santiago.

O Plano Director Estratégico de Gestão do Caminho de Santiago na Galiza<sup>77</sup>, cofinanciado pelo Programa Operacional FEDER Galicia 2007-2013 é constituído por 8 linhas orientadoras estratégicas:

1 - Coordenação e organização administrativa. Compreende o “Fomento da cooperação inter-administrativa” através da “criação de uma comissão interdepartamental do Caminho de Santiago” e da “criação de um órgão de coordenação a nível local”. Promove ainda o “estímulo às relações internacionais, nomeadamente através de programas de cooperação internacional nas áreas da educação, investigação, emprego, voluntariado, etc.” e do impulso à “Federação Europeia do Caminho de Santiago”. Promove-se a “colaboração com as Associações de Amigos do Caminho de Santiago através da criação de um plano de colaboração e de canais de participação e diálogo”. Propõe-se também o “fortalecimento do Comité Internacional de peritos do Caminho de

---

<sup>75</sup> Informação disponível em Xacopédia – Plan Xacobeu.

<sup>76</sup> Informação disponível no sítio do Caminho de Santiago na Galiza – Informação institucional.

<sup>77</sup> Fonte: Sítio do Caminho de Santiago na Galiza – Plan Director y Estratégico 2015-2021.

Santiago através do apoio à investigação, à edição da Revista “Ad Limina” e a colaboração com os centros de estudos jacobeus”. Finalmente, propõe-se a “criação de um sistema de acompanhamento do impacto socioeconómico do Caminho de Santiago na Galiza, através de um plano estatístico do caminho e um anuário estatístico”.

2 - Preservação e potenciação dos valores patrimoniais do Caminho de Santiago. Menciona e “delimitação dos Caminhos de Santiago através de estudos detalhados das rotas e de estudos jurídicos de protecção”. Refere ainda o “reforço dos mecanismos de protecção e controlo, assim como a valorização do património”, dentro das medidas apontadas inclui-se a “reabilitação do património publico e privado nas povoações”, “coordenação entre o Turismo da Galiza e a Agencia de Protecção da Legalidade Urbanística sobre as questões do urbanismo”, o “estabelecimento de um programa de intervenção segundo prioridades, sobre os recursos patrimoniais”, “edição de um guia de protecção do Caminho de Santiago que inclui critérios de reabilitação e edificação no Caminho” e “uma normativa relativa ao Património Cultural e à protecção dos albergues de peregrinos enquanto bens patrimoniais”.

3 - Conservação e Manutenção do Caminho de Santiago. Inclui directrizes no que diz respeito à “manutenção das vias, a sua sinalização e segurança”, estabelecendo-se a “continuidade do plano anual de limpeza e manutenção integral do Caminho de Santiago”, “necessidade de estabelecer áreas de descanso ao longo das etapas”, “sinalização com critérios de acessibilidade” e “segurança rodoviária através de um plano de intervenção”, e ainda, no que se refere à “acessibilidade do Caminho”, através da “continuação dos programas já implementados e da habilitação de itinerários alternativos para pessoas com mobilidade reduzida, bem como a melhoria da acessibilidade nos albergues, da sua sinalização e da informação”.

4 - Caminho de Santiago meio ambiente sustentável. Define o “estabelecimento de um plano de gestão ambiental” através da “identificação e catalogação do Património Natural e da Biodiversidade do Caminho de Santiago e uma avaliação de impacto ambiental”, bem como a criação de “plano de gestão de resíduos, plano de recursos hídricos e plano de eficiência energética”.

5 - Fortalecimento da cidade de Santiago de Compostela como meta das rotas Jacobeias. Com a “melhoria do Caminho de Santiago e dos elementos patrimoniais no concelho de Santiago de Compostela”, “optimização de infraestruturas e melhoria dos

serviços de apoio ao peregrino na cidade” e a “criação de produtos específicos de carácter cultural e turístico, tendo como alvo os peregrinos”.

6 - Potenciar todas as rotas de peregrinação a Santiago de Compostela. Pretende-se a “dinamização de todos os Caminhos de Santiago” e a “difusão dos valores singulares de cada Caminho”.

7 - Especialização e qualidade nos serviços de apoio ao peregrino. Aplicação de uma “gestão integrada da rede pública de albergues e da melhoria das suas infraestruturas”, “promoção do voluntariado no Caminho”, “formação e especialização nos serviços de apoio ao peregrino”, “fomentar o empreendedorismo e criação de novos produtos por parte das empresas privadas”, “garantir serviços de segurança continuados e planos de assistência na saúde e emergência no caminho” e apostar nos “centros de interpretação do Caminho”.

8 - Investigação, comunicação e divulgação do Caminho de Santiago e da Cultura Jacobea. Necessidade de “fomento à investigação”, “inserção do Caminho no sistema de educação galego”, “aumento da sensibilidade da sociedade galega sobre o Caminho de Santiago”, “desenho de um plano de promoção da Galiza através do caminho de Santiago” e o “impulsionamento do *Smart Camiño*, através de plataformas digitais acessíveis”.

Este plano (2015-2021) tem um orçamento total estimado de 56.119.805,00 €, prevendo-se um gasto de 70,66€ por cada peregrino. Para o ano de 2021 a previsão é de que 464.000 peregrinos irão percorrer o Caminho de Santiago, prevê-se também uma receita de 655 milhões de euros, tendo por estimativa que entre 2015 e 2021, 2.482.000 de peregrinos transitaram nos Caminhos até Santiago, com um gasto médio diário de 44€ e numa jornada que dura em média de 6 dias.

## 4.2. Portugal

### 4.2.1. Órgãos de Gestão

Duas das questões que este trabalho pretendeu investigar prendem-se com o conhecimento de quem são os órgãos responsáveis pela gestão do Caminho de Santiago em Portugal e quais as suas práticas de gestão. Através de algumas entrevistas a autoridades locais fizemos um levantamento do cenário português que passaremos a apresentar.

Em Portugal não foi identificada uma entidade governativa responsável pela aplicação de práticas de gestão patrimonial do Caminho; também não existe uma unidade no que diz respeito às Associações de Amigos do Caminho. As autoridades responsáveis são, em muitos casos, as locais, a quem incube o planeamento das acções de gestão. As Associações de Amigos aparecem como auxiliares, em alguns projetos, como a sinalização do Caminho, mas concentram-se maioritariamente no apoio ao peregrino. Foi recebida a informação de que se estaria a organizar uma Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, cujos membros seriam as autarquias de todo o país atravessadas pelo Caminho Português de Santiago e que esta Federação já estaria em fase de aprovação de estatutos. Foi tentado chegar à fala com a Federação através de contactos facultados pela técnica responsável entrevistada de Valença, mas nunca foi obtida nenhuma resposta. Assim, traçaremos de seguida, um perfil dos actores políticos, públicos e privados que agem sobre o Caminho.

a) Municípios e entidades da Administração Local. Órgãos de autoridade responsáveis pelo território e, nessa condição, encarregues da aplicação acções de protecção, promoção e salvaguarda dos bens patrimoniais que ocorrem no território. As políticas que adoptam são fortemente influenciadas pela visão estratégica dos do poder e por isso assumem uma grande variabilidade consoante o território.

b) Turismo do Porto e Norte de Portugal. Pessoa colectiva pública, “de natureza associativa, com autonomia administrativa e financeira e com património próprio”<sup>78</sup>. Faz parte da estrutura orgânica do Turismo de Portugal, o órgão nacional “responsável pela promoção, valorização e sustentabilidade da atividade turística, agregando numa entidade

---

<sup>78</sup> Estatutos do Turismo do Porto e Norte de Portugal, Despacho n.º 8792/2013.

única todas as competências institucionais relativas à dinamização do turismo”<sup>79</sup>, tutelado pelo Ministério da Economia. O Turismo do Porto e Norte tem sede em Viana do Castelo, e tem a ele associados todos os municípios da região, associações do sector privado regional e as seguintes associações do sector nacional: AHRESP – Associação de Hotelaria Restauração e Similares de Portugal, APAVT – Associação Portuguesa das Agências de Viagens e Turismo, AHP – Associação da Hotelaria de Portugal, ATP – Associação Termas de Portugal, APFC – Associação Portuguesa de Feiras e Congressos, APTP – Associação de Profissionais de Turismo de Portugal, ARAC – Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor, FPCG – Federação Portuguesa das Confrarias Gastronómicas e TURIHAB – Associação de Turismo de Habitação<sup>80</sup>. Tem por missão:

“(…) a valorização e o desenvolvimento das potencialidades turísticas da respetiva área regional de turismo, a promoção interna e o mercado alargado dos destinos turísticos regionais, bem como a gestão integrada dos destinos no quadro do desenvolvimento turístico regional, de acordo com as orientações e diretrizes da política de turismo definida pelo Governo e os planos plurianuais da administração central e dos municípios que a integram”<sup>81</sup>.

c) Associações de Amigos do Caminho de Santiago. Organizações sem Fins Lucrativos, de Direito Privado, financiadas através das quotas dos seus associados e de donativos para a realização de actividades. Centram o seu trabalho no apoio aos peregrinos, através de informações de preparação para a realização da peregrinação e acolhimento. Colaboram algumas vezes com os municípios no que diz respeito à sinalização do Caminho de Santiago e também no apoio à gestão de albergues municipais.

---

<sup>79</sup> Informação disponível no sítio do Turismo de Portugal, disponível em [www.visitportugal.com.pt](http://www.visitportugal.com.pt).

<sup>80</sup> Informação disponível no sítio do Turismo e Porto e Norte de Portugal, disponível em [www.portoenorte.pt](http://www.portoenorte.pt).

<sup>81</sup> Estatutos do Turismo da Porto e Norte de Portugal, disponível em [www.portoenorte.pt](http://www.portoenorte.pt).

## 4.2.2 – Práticas de gestão - Plano de Acção do Turismo do Porto e Norte, Práticas Municipais e Acção das Associações de Amigos do Caminho

### 4.2.2.1 – Plano de Acção e Orçamento TPNP 2018

Ao contrário da realidade galega, em Portugal não existe um plano unificado de gestão do Caminho de Santiago, embora existam parcerias e projectos entre vários municípios e entidades, como é o caso do recente projecto lançado para o Caminho Português da Costa<sup>82</sup>.

Destacam-se aqui por isso o Plano de Acção do Turismo Porto e Norte 2018 (TPNP 2018) e de seguida as práticas municipais.

No que diz respeito ao Plano de Acção TPNP 2018 iremos restringir-nos aos pontos que focam directamente o Caminho de Santiago, inserido no sector do Turismo Religioso. Com um orçamento previsto de 13.998.612€ para o ano de 2018, sendo 50% proveniente de fundos comunitários 2020, 10% de projectos cofinanciados pelo FEDER, 1% do Programa Operacional Transfronteiriço Espanha-Portugal – FEDER, 24% provenientes de “receitas gerais entre organismos”, 8% proveniente de “receitas próprias” e 3% provenientes de “transferências de RP entre organismos”<sup>83</sup>. O plano de acção direcciona 9.471.692,00€ para ações de promoção como a participação em feiras de turismo, nacionais e internacionais, entre outras. No que respeita aos Caminhos de Santiago a estratégia apresentada resume-se à seguinte frase, a mesma que aparece no Plano de Acção do TPNP de 2017<sup>84</sup> e no de 2016:

“Dar continuidade às parcerias que têm vindo a ser dinamizadas com um conjunto de parceiros nacionais, regionais e locais, ao nível da estruturação e dinamização da oferta existente associada aos Caminhos de Santiago, criando as condições para o desenvolvimento de novos projetos e ações que potenciem a procura deste importante produto turístico”<sup>85</sup>.

A falta de estratégia é por demais clara. Ainda no que diz respeito à cooperação Norte de Portugal - Galiza<sup>86</sup>, os textos relativos a 2017 e 2018 referem a “Promoção de

---

<sup>82</sup> Para mais informações ver o Sitio Oficial do Projecto do Caminho da Costa, [www.caminhoportuguesdacosta.com.pt](http://www.caminhoportuguesdacosta.com.pt).

<sup>83</sup> Norte, Turismo Porto e, 2018 *Plano de acção e orçamento*: 53.

<sup>84</sup> Norte, Turismo Porto e, 2017, *Plano de acção e orçamento*.

<sup>85</sup> Norte, Turismo Porto e, 2018, *Plano de acção e orçamento*: 27.

<sup>86</sup> Norte, Turismo Porto e, 2016, *Plano de acção e orçamento*: 40.

uma rota turística a conceber no âmbito dos patrimónios UNESCO das duas regiões” e “Ações no contexto dos Caminhos de Santiago”.

Devemos aqui lembrar, que o Turismo do Porto e Norte de Portugal tem plasmado nos seus estatutos não só a promoção, o seu principal foco, mas também “dinamizar e potenciar os valores e recursos turísticos regionais e sub-regionais”<sup>87</sup>.

#### 4.2.2.2 – Práticas Municipais

A análise efectuada teve em conta os municípios individualmente. A recolha de informação baseou-se na realização de entrevistas e na observação no terreno, bem como na consulta de elementos bibliográficos de planeamento territorial, nomeadamente o Plano Director Municipal de cada município e das páginas *on-line* das entidades

**Porto.** A informação obtida junto do Município do Porto indicou que este era membro de um projecto do Caminho Português da Costa e, como tal, que não faziam acções de gestão no Caminho Central. Tal revelou em primeiro lugar, algum desconhecimento daquilo que é o Caminho de Santiago, especialmente no desenho do seu trajecto e das suas ramificações, uma vez que o Caminho é exactamente o mesmo, dividindo-se apenas mais a Norte, no Município de Matosinhos, onde inicia a variante da Costa; por outro lado a actuação do Município do Porto, parece demonstrar um desinteresse por este bem patrimonial bem como pelo conjunto de práticas associadas à gestão, salvaguarda e valorização dos mesmos. Tal é corroborado no facto de o Caminho de Santiago não se encontrar sequer referido no Plano Director Municipal do Porto, em vigor desde 2012. Não foram também expressas, por parte do Município, as medidas de protecção aplicadas, pelo que poderemos concluir que o mesmo (Caminho de Santiago) carece de protecção, na zona que atravessa o concelho do Porto. Do que foi possível verificar através da observação no terreno, o trajecto está sinalizado com as tradicionais setas amarelas, provavelmente pintadas por uma associação de amigos e peregrinos, mas tem muitas zonas mal sinalizadas ou mesmo sem sinalização. No centro da cidade a sinalização é acessível e o trajecto fácil, mas à medida que se avança para a periferia a sinalização facilmente nos falha, sendo essencial um acesso a um mapa do Caminho. Aqui os passeios são estreitos, e o perigo espreita ao atravessar algumas estradas e cruzamentos com muito trânsito.

---

<sup>87</sup> Estatutos do Turismo do Porto e Norte, disponível em [www.portoenorte.pt](http://www.portoenorte.pt).

**Matosinhos.** Através da entrevista realizada com o técnico responsável, José Varela, foi possível verificar que o foco do Município estava no desenvolvimento do projecto do Caminho Português da Costa. O Município forneceu informação relevante relativamente à sua participação na forma como o projecto foi construído, ao longo de vários anos, recorrendo à criação de bases documentais e de estudos que culminaram na candidatura do projecto a fundos comunitários europeus, e que se encontra em fase de implementação. Foi referido pelo técnico entrevistado que tal ainda não foi possível realizar no Caminho Português Central por “falta de vontade de cooperação dos vários municípios” e que neste momento se encontra “parado, num modelo desactualizado”. A “unificação da sinalética e uma definição clara do traçado original” são áreas fundamentais para um eficaz plano de gestão e promoção, salientado a mais-valia de uma gestão unificada. Além disso considera ser importante “criar mais informação complementar sobre os sítios, sobre o local onde se está, sobre o que há à volta” que exige “principalmente na área metropolitana do Porto é a requalificação dos espaços, por exemplo as estradas de acesso ao Porto estão com aspecto bastante degradado”. Também a acção das Associações de Amigos do Caminho é considerada como sendo fundamental “na divulgação e manutenção do Caminho, pois os municípios por si só não têm possibilidade nem capacidade para isso”. Reitera acima de tudo a necessidade de uma gestão unificada, através da criação de um fórum, onde estejam representados não só os municípios, mas também outros organismos com competências na matéria como o Turismo do Porto e Norte de Portugal, o Eixo Atlântico<sup>88</sup> a Direcção Regional de Cultura. No que diz respeito aos bens patrimoniais, é referido que “muitos destes monumentos também estão a precisar de obras de conservação e restauro, teria de se fazer um inventário do ponto de situação ao longo do Caminho” e que “há dois ou três anos foi feita uma intervenção de restauro em pontes medievais que faziam parte do Caminho e que estavam em mau estado”. No sector cultural, Matosinhos promove há alguns anos o evento “Os Hospitalários no Caminho de Santiago”, “uma recriação histórica tipo feira medieval que se faz no primeiro fim-de-semana de Setembro no Mosteiro de Leça do Balio”. O orçamento direccionado para a gestão do Caminho e do seu património é reduzido, sendo uma grande fatia disponibilizada para a realização do evento acima

---

<sup>88</sup> O Eixo- Atlântico “(...) é uma entidade sem fins lucrativos que se dedica a apoiar todas aquelas iniciativas que fomentem a cooperação transfronteiriça”. Informação disponível no sítio do Eixo-Atlântico, disponível em [www.eixoatlantico.com](http://www.eixoatlantico.com).

mencionado e também na melhoria do urbanismo e sinalização do Caminho. O entrevistado reitera que é “necessária uma gestão de unidade, sinalização uniforme, é necessário conservar e valorizar os monumentos que existem, e é precisa uma maior promoção e mais informação sobre os monumentos, mas sobre tudo o Caminho precisa de ser gerido com uma visão global de conjunto.” No que diz respeito ao Caminho de Santiago, o Plano Director Municipal de Matosinhos em vigor desde 1992, não lhe faz qualquer referência.

**Maia.** Em entrevista por escrito, o técnico responsável Rui Rodrigues referiu que a autarquia da Maia era a única entidade responsável pela gestão do Caminho de Santiago, da Costa e Central. Questionado sobre a existência de algum Plano de Gestão do Caminho referiu que este apenas existia para a variante da Costa, cujos objectivos se centravam no “aproveitamento do Potencial Cultural e Turístico das peregrinações a Santiago de Compostela” sendo que para tal seria necessário o desenvolvimento de um “Processo de valorização e posterior reconhecimento oficial do Caminho Português da Costa como itinerário de peregrinação e a promoção dos Caminhos de Santiago na sua vertente turística, cultural e social”. Rui Rodrigues nota ainda que é necessária uma remodelação do actual modelo do Caminho Central e que caberia à Secretaria de Estado da Cultura a sua coordenação e a promoção dos itinerários à categoria de Património Mundial. Este Plano deveria assentar numa gestão conjunta, recorrendo à criação de uma “associação intermunicipal e/ou transfronteiriça”. Diz-nos ainda que “as potencialidades turísticas das Peregrinações e do Turismo Cultural são enormíssimas, com impacto económico evidente ao nível da hotelaria, restauração, artesanato e comércio tradicional das localidades abrangidas pelos itinerários”. No seu discurso é omnipresente o projecto do Caminho da Costa; todas as perguntas, numa entrevista que se debruçava sobre o Caminho Central, foram respondidas com alusões ao projecto do Caminho da Costa, demonstrando uma inexistência de actuações programadas para o Caminho Central. Tal revela-se também no Plano Director Municipal, onde o Caminho de Santiago não é referido e também no Plano Estratégico de Cultura e Turismo, do ano de 2017, onde o mesmo se encontra igualmente ausente. Importa referir que o trajecto no concelho é um troço relativamente pequeno em extensão, no entanto é um dos mais carentes de segurança rodoviária, uma vez que é na sua maioria feito por estradas bastante movimentadas e que requerem medidas urgentes de segurança nas bermas e passeios onde os peões e peregrinos transitam.

**Vila do Conde.** Em entrevista, Pedro Brochado refere que o Município se assume como “entidade com responsabilidade de proceder à gestão e valorização dos Caminhos de Santiago no seu território, promovendo ações de sinalização, manutenção e de melhoria dos itinerários” tendo como parceira uma associação de peregrinos que é responsável pela gestão de um albergue de peregrinos (Mosteiro de Vairão). Quanto ao modelo de gestão actual, o entrevistado diz que existe uma premente necessidade de se criar um organismo, a nível nacional e controlado pelo Estado Português, que ajude a desenvolver de forma uniforme os Caminhos de Santiago em Portugal. Esta organização deverá assumir um papel legislativo tendo como objectivo a uniformização dos Caminhos de Santiago em Portugal, quer nas suas estratégias de desenvolvimento, quer na sua operacionalização, impedindo que ocorra a situação atual em que todos (Estado Central, Regional, Local, Associações várias, personalidades individuais nacionais e entidades/pessoas estrangeiras) intervêm de forma errática e desconexa sobre os itinerários, com consequências nefastas que ainda estão por apurar na totalidade. Sendo por isso, favorável à criação de um organismo semelhante ao Xacobeo. Actualmente o que está a ser aplicado no Caminho Central, essencialmente renovação de sinalética institucional e informativa ao longo do trajecto, segue as mesmas premissas que foram utilizadas no projecto do Caminho Português da Costa, procurando uma uniformização entre as duas variantes. Foram criados desvios em locais considerados perigosos para os peregrinos. Foi solicitado aos serviços municipais o projecto de uma zona pedonal - passeio - ao longo de todo o trajecto em território do concelho de Vila do Conde e brevemente serão abordadas questões relacionadas com as passadeiras, em locais onde o atravessamento de vias é necessário e/ou obrigatório. E adianta ainda que, não havendo uma verdadeira política centralizada e coerente em Portugal de desenvolvimento dos Caminhos de Santiago, levantar-se-ão problemas acrescidos, graves e complexos de resolver quando o número de peregrinos atingir valores mais expressivos. Também em Vila do Conde o Caminho de Santiago não é referido no Plano Director Municipal. Quanto à observação no terreno, foi possível verificar as medidas referenciadas acima, como a alteração de uma parte do Caminho considerada perigosa, e também a aplicação de sinalização, com *placards* informativos e com o posicionamento de pequenas placas direccionais ao longo do trajecto.

**Póvoa de Varzim.** Póvoa de Varzim é apenas atravessada pelo Caminho Central, numa pequena parte do seu território, que corresponde á freguesia de Rates. Foi possível

apurar, através da observação no terreno, que há falta de sinalização na freguesia. Esta falta de sinalização não permite distinguir o trajecto já que, para além de ser um ponto de passagem do Caminho Central, dá também acesso ao Caminho da Costa. Tal constitui uma dificuldade relevante, levando a que alguns peregrinos se percam por falta de indicações. Dentro da localidade de Rates denota-se também a falta de sinalização direccionada para o peregrino estando excluída de qualquer sistema de informação no terreno, a Igreja Românica de São Pedro de Rates; é necessário para quem está a seguir o Caminho Central, fazer um desvio de 500 metros para a poder visitar e esta informação não é facultada de nenhuma forma. Durante a observação, como já foi referenciado, não foi visitada a Igreja de Rates por se julgar que o trajecto marcado passaria junto àquele elemento icónico do Caminho. Deveremos referir ainda que o Caminho de Santiago não se encontra protegido pelo Plano Director Municipal, embora seja referido no contexto da sua importância histórica em relação à freguesia de Rates.

**Barcelos.** A entrevista a Nuno Rodrigues permitiu obter informações que indicam que o município de Barcelos se assume como criador de todas as condições para que os peregrinos, ao passar no território, tenham a melhor experiência possível. Tal significa que foi criada, primeiro na comunidade de Barcelos, uma Cultura de Caminho, para que as pessoas olhem para os peregrinos como alguém que vem contribuir para a dinamização do território. As políticas aplicadas assentam em estratégias de diálogo e projectos com outras entidades, nomeadamente com as associações, com os peregrinos e com os agentes turísticos, como é o caso da sinalização protocolada com associações. Actualmente a gestão passa, principalmente, por acções de continuidade de um projecto que deu os primeiros passos há quase duas décadas. Como a manutenção do traçado e o reforço da atenção no apoio ao peregrino. Uma vez que Barcelos, talvez pela sua proximidade com a Lenda do Galo de matriz jacobea, foi dos municípios pioneiros na valorização do Caminho Central de Santiago. Já em 1999 o município tinha o Caminho sinalizado, e esta forma de actuação tem permitido ao município um posicionamento importante no âmbito do fenómeno que é o Caminho, uma vez que “vários autores apontam Barcelos como o epicentro do Caminho de Santiago em Portugal”. A clara associação de Barcelos ao Caminho de Santiago e a assunção deste enquanto valor identitário para Barcelos, decorreu de uma estratégia que reforçou estruturas para acolher os peregrinos e que protegeu o Caminho através da sua inclusão no Plano Director Municipal (Artigo 24º, ponto 3, alínea

A)<sup>89</sup>. As acções baseiam-se na sustentabilidade do Caminho e focam-se nos peregrinos. Barcelos tem 4 albergues, tendo sido, juntamente com Ponte de Lima, um dos primeiros municípios a ter um albergue municipal; tem dois *help points*, pontos públicos direccionados para o peregrino que proporcionam fruta, água fresca e acompanhamento ao local de descanso e, diz-nos Nuno Rodrigues que, “a política é manter este nível de actividade e sair desta onda e ruído de mediaticismo que anda em torno do Caminho, que fala de tudo menos dos peregrinos”. Quanto às diferentes políticas que se observam nos vários municípios e nos vários troços do Caminho, a ideia a reter é que existe um eixo central, com fundamentações históricas detalhadas e existem as variantes, que são necessárias, mas é importante que uma entidade surja, faça a gestão do Caminho no seu todo, não se limitando apenas à sua promoção em feiras. Obviamente têm que ser respeitadas as dinâmicas municipais, mas deve olhar-se para o Caminho com a noção que existe uma espinha central, que é o eixo Lisboa-Santiago, e que cerca de 75% dos peregrinos (que chegaram à oficina do peregrino) seguiram este Caminho Central Português. Mesmo os que começaram antes de Barcelos, aqui dormiram todos, o que aumentou a importância do Caminho para a cidade e levou, inclusive, à criação na cidade e no centro histórico de acções de animação cultural e de eventos adaptados para os peregrinos e seguindo os horários dos peregrinos, uma vez que a paisagem social da cidade é muito marcada entre o final do dia e o início da noite (18h-21h) pela presença dos peregrinos. Como grandes desafios destacam-se a manutenção da autenticidade do Caminho, por causa da ameaça de fluxos de Turigrinos<sup>90</sup>, que podem no curto- médio prazo, não só em Barcelos, mas em todo o lado, matar a alma do Caminho; outro grande desafio é manter os níveis de hospitalidade em patamares de excelência, assim como a limpeza dos espaços da cidade. Avisa Nuno Rodrigues “vêm aí outros desafios, porque chegou o tempo político ao Caminho de Santiago e a partir deste momento o Caminho deixa de ser dos peregrinos, dos hospitaleiros e da gente que todos os dias vive com os peregrinos para ir para o domínio da secretaria e isso é um desafio muito grande que é manter o Caminho na esfera do Caminho.” No âmbito da observação no terreno foi

---

<sup>89</sup> Barcelos, C.M., 2015, *Plano Director Municipal Barcelos*.

<sup>90</sup> “A palavra gíria de Caminho de Santiago surgiu para se referir criticamente às pessoas que realizam o Caminho de Santiago sem qualquer significado e sem finalmente entender e aceitar os conceitos de hospitalidade, solidariedade, companheirismo e sobriedade que são a essência da rota jacobea”. Fonte: “Turigrino”, *Xacopedia*, disponível em [www.xacopedia.com](http://www.xacopedia.com).

possível comprovar a aplicação destas políticas, do acolhimento à segurança em que tudo foi pensado e posto em prática em Barcelos.

**Ponte de Lima.** Em Ponte de Lima verificamos que o Caminho de Santiago está classificado como Itinerário, e consta do Património Arqueológico Inventariado e Não Classificado do Plano Director Municipal de Ponte de Lima<sup>91</sup>. A observação no terreno permitiu verificar a existência de sinalização diferenciada em várias partes do Município; por vezes percebia-se que mudava conforme a freguesia, em algumas carecia de sinalização sobretudo em cruzamentos ou mudanças de direcção. No que diz respeito ao apoio ao peregrino este é bastante reduzido, mesmo na vila, apesar de ter um albergue municipal com grandes dimensões e muito boas condições. Contudo, a hora de abertura (16:00h) e a falta de locais alternativos onde se possam depositar as mochilas são questões prementes. Tendo em conta que a etapa mais exigente é feita em território correspondente ao concelho de Ponte de Lima, a zona da Labruja carece também de pontos de apoio ao peregrino, como por exemplo locais de reabastecimento de água e descanso.

**Paredes de Coura.** O Caminho de Santiago encontra-se consagrado enquanto Espaço Cultural e é protegido pelo Plano Director Municipal de Paredes de Coura (Cap. VII, art.º 40º, ponto 2, alínea c)<sup>92</sup>. A observação no terreno permitiu recolher alguns dados no que diz respeito à salvaguarda e preservação do património cultural, ao apoio ao peregrino e à sinalização. Devemos neste sentido referir a utilização de uma antiga escola primária, reconvertida com sucesso em albergue de peregrinos (Rubiães), demonstrando uma consciência de uso e valorização patrimonial dos bens culturais. Quanto ao apoio ao peregrino, as acções revelaram-se diminutas, tendo em conta que é talvez a região mais isolada de todo o percurso, havendo falta de pontos de descanso e de reabastecimento de água, bem como locais de abastecimento de alimentos que se encontram bastante dispersos. A sinalização é eficaz, constituindo-se das típicas setas amarelas pintadas pelo Caminho e os percursos, apesar de naturalmente sinuosos carecem de algum cuidado de recuperação pois em muitos casos eram constituídos de grandes pedras soltas, tornando-se inseguros.

**Valença.** O Caminho de Santiago está enquadrado na estrutura ecológica municipal do Plano Director Municipal de Valença de 2010 (Cap. III, artigo 11º, ponto 2,

---

<sup>91</sup> Lima, C.M., 2005, *Plano Director Municipal*.

<sup>92</sup> Paredes de Coura, C.M., 2016, *Plano Director Municipal*.

alínea f<sup>93</sup>) e como tal dispõe de um regime de protecção adequado a esta categoria. De acordo com as informações recolhidas em entrevista são funções do município, relativas ao Caminho de Santiago, fazer a sua implantação no terreno, criando para tal as condições necessárias, ou seja, descobrindo-o, divulgando-o, promovendo-o, equipando-o e preparando-o. Embora de momento não hajam outras entidades a participar em projectos de gestão conjuntos no Caminho Central, em épocas anteriores os Escuteiros já tiveram responsabilidades de gestão do albergue municipal, em regime de voluntariado. Valença também é atravessada pelo Caminho da Costa e por isso é parceira no projecto em vigor para aquele traçado. O trabalho de gestão a ser feito actualmente no Caminho Central passa pelo cuidado com a sinalização e principalmente a adaptabilidade do albergue e dos serviços aos peregrinos. Mais uma vez é evocada a necessidade de uma coordenação e unidade ao longo de toda a rede do Caminho de Santiago em Portugal, de haver um plano nacional e uma gestão que seja aplicada à totalidade do país. A salvaguarda dos bens patrimoniais também é relevante, bem como a respectiva promoção para o público dos peregrinos, porque fazem o Caminho querendo usufruir também do património envolvente. 45 Mil peregrinos passaram por Valença em 2016, a entrevistada atribui este sucesso aos 20 anos do Caminho. Em 1994/1995 juntamente com uma associação de Ponte de Lima, e após um convite da Associação Galega dos Amigos dos Caminhos de Santiago, o Município decidiu que estava na hora de se descobrir o Caminho de Santiago em Portugal e iniciou-se a cartografia e mapeamento do mesmo, dotando o Caminho de condições para que pudesse ser percorrido. A observação no terreno permitiu verificar que as políticas acima referidas estão a ser aplicadas.

#### 4.2.2.3 Acções das Associações dos Amigos do Caminho

Através da entrevista obtida junto da Associação Espaço Jacobeus foi possível perceber que o grande foco das suas acções é a informação aos peregrinos.

São a elas (associações) a quem os peregrinos mais recorrem, seja antes de fazer a peregrinação, como forma de obterem informações úteis da preparação para a caminhada e a própria jornada, mas também após a conclusão da peregrinação, muitas vezes associando-se e mantendo o contacto com estas associações e associados. Este importante aspecto das associações é no fundo o que lhes dá sentido; elas trabalham

---

<sup>93</sup> Valença, C.M., 2010, *Plano Director Municipal*.

principalmente no âmbito da promoção do Caminho de Santiago, e esta promoção assenta principalmente nos testemunhos de quem já o percorreu e decide unir-se a estas associações com o fim de poder ajudar também, a divulgar e promover o Caminho de Santiago. Apesar de terem sido essenciais na sinalização do Caminho Português aquando do seu “renascimento”, actualmente as associações apenas actuam neste âmbito quando os municípios lhes pedem colaboração nesse sentido ou, quando por falta de acção destes, é necessária uma intervenção urgente em determinado troço. No entanto é importante referir que estes trabalhos de protecção e salvaguarda são muitas vezes suportados a custas próprias dos associados destas organizações sem fins lucrativos.

As associações participam também na gestão de alguns albergues municipais ou auxiliam através de voluntários o seu funcionamento, como é o caso do albergue de Vairão gerido por uma associação, ou do albergue de Tamel que sendo gerido pela Câmara Municipal de Barcelos, tem o auxílio de uma associação de amigos em regime de voluntariado.

À semelhança dos municípios também as diversas associações parecem nem sempre concordar entre si. Verifica-se que, apesar de existirem já algumas conferências e fóruns realizados entre associações, e do facto de estarem mais próximas de uma unidade do que os Municípios, é necessário um espaço de debate no qual se fomentasse a criação de normas e de planos para a acção destas organizações, em correspondência ao modelo espanhol de Federação de Associações. De forma a enquadrar acções que, por falta de informação ou pela disseminação de informação errada, ponham em causa a valorização, salvaguarda e protecção do Caminho de Santiago e dos bens patrimoniais a ele associados.

### **4.3. A Promoção Digital do Caminho de Santiago e do Património Cultural**

Já falámos aqui de algumas práticas de gestão do Caminho Central de Santiago, práticas de salvaguarda, valorização e desenvolvimento do Caminho e das suas infraestruturas.

Devemos ainda debruçarmo-nos sobre a questão da promoção do Caminho de Santiago, quem a faz e como a faz. Antes de mais, colocámos a nossa atenção na promoção digital, ou seja, nas informações divulgadas pelas entidades abaixo referidas nos seus sítios da internet, tendo como objectivo promover o Caminho Central de Santiago e o seu Património e desta forma atrair novos peregrinos e utilizadores.

Escolhemos este meio de promoção tendo em mente que o Caminho de Santiago é Património Mundial da Unesco, como tal agrega em si valores universais, fazendo dele um itinerário que atrai pessoas provenientes de todos os cantos do planeta. Desta forma, e tendo presente a crescente importância das plataformas digitais enquanto ferramentas de promoção e comunicação de bens, serviços, produtos e conhecimento entre instituições e pessoas, centrámos a nossa investigação nestas e na informação que promovem. Neste estudo foram analisadas as páginas dos Municípios aqui já representados e de outras entidades como Associações de Amigos do Caminho e as entidades Turismo do Porto e Norte de Portugal e Eixo-Atlântico.

Ao nível dos municípios representados, aqueles que disponibilizam nas suas páginas mais informação sobre o Caminho Central Português são Barcelos, Vila do Conde, Paredes de Coura e Ponte de Lima. Estes municípios apresentam resumos da história do Caminho e todos disponibilizam mapas descarregáveis ou ficheiros com as coordenadas do Caminho para aplicações que funcionem com coordenadas GPS. Matosinhos e Valença fazem apenas referência ao Caminho da Costa e remetem para o *site* do projecto<sup>94</sup>. Póvoa de Varzim e Maia não fazem referência a nenhum dos troços da rede do Caminho de Santiago. Finalmente o Porto, no *site* institucional “VisitPorto”, não faz qualquer referência ao Caminho de Santiago nem apresenta respostas quando se pesquisa “Caminho de Santiago”.

Quanto às Associações de Amigos do Caminho, foi feita a pesquisa com base nas associações portuguesas representadas no Directório de Associações do Caminho de Santiago<sup>95</sup>, no qual, das onze associações nomeadas, oito dispõem de sítio na internet, são elas a Associação de Peregrinos Villa Valeriani (Vairão), Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Viana do Castelo (AACS-Viana), Associação dos Amigos do Caminho Português de Santiago (Ponte de Lima), Associação de Peregrinos Via Lusitana (Lisboa), Associação Portuguesa dos Amigos de Apóstolo Santiago-APAAS (Lisboa), Associação Espaço Jacobeus - AEJ (Braga), Associação Amigos do Caminho do Este de Portugal (Tavira) e Associação ACB - Albergue Cidade de Barcelos (Barcelos). A associação que mais informação sobre o Caminho de Santiago (história, património, traçados das diferentes variantes e guias) dispõe é a AACS. As restantes apresentam

---

<sup>94</sup> Informação disponível em <http://www.caminhoportuguesdacosta.com/pt>.

<sup>95</sup> *Directorio de Asociaci3ns*, informação disponível no sítio do Caminho de Santiago na Galiza.

alguns guias e dicas para os peregrinos, outras debruçam-se apenas sobre um troço do Caminho em específico ou dizem respeito a albergues de peregrinos. Destas oito, todas têm também uma página no *Facebook*, nesta plataforma verifica-se uma maior interactividade e proactividade destas associações, todas mantêm a sua página actualizada, publicando regularmente conteúdos relacionados com o Caminho, de diversa natureza como, artigos científicos, testemunhos, actividades realizadas ou a realizar, notícias e conteúdos multimédia. Devemos ainda referir que ao longo da pesquisa detectámos a existência de outras associações relacionadas com o Caminho de Santiago presentes na plataforma *Facebook*, que há semelhança das referidas, também partilham conteúdos análogos, bem como “grupos”, nacionais e internacionais dedicados ao Caminho Português.

Das outras entidades já referidas, o Turismo do Porto e Norte de Portugal apresenta, quando pesquisado, um separador sobre o Caminho de Santiago onde aparece uma breve descrição deste junto a um mapa de Portugal que não contém qualquer informação nem trajecto delineado, não é fornecida mais informação nem direcionamento para outras páginas relacionadas com o tema. Por comparação, se pesquisarmos “Turismo de Negócios”, automaticamente nos aparecerão dois guias descarregáveis. Já na página do Eixo Atlântico, entidade que tem activamente tentado promover a candidatura do Caminho de Santiago a Património da Humanidade da UNESCO<sup>96</sup>, ao fazer pesquisa do tema aparece um guia disponível para descarregar, mas ao fazê-lo descobrimos que se trata apenas da capa do guia. No que diz respeito à página da Direcção Regional de Cultura do Norte, a pesquisa temática devolve-nos algumas respostas, todas elas relacionadas com eventos alistados com o tema, como a apresentação de livros, conferências ou festas, mas nada sobre o Caminho de Santiago enquanto bem patrimonial. O mesmo se passa na página da Direcção Geral do Património Cultural.

#### **4.4. Gestão do Património Cultural e Gestão do Turismo**

Como podemos verificar no primeiro capítulo, o Património Cultural e o Turismo têm a incrível capacidade de andar de mãos dadas e de costas voltadas ao mesmo tempo.

---

<sup>96</sup> Ver notícia em [https://www.rtp.pt/noticias/cultura/eixo-atlantico-quer-caminho-portugues-de-santiago-declarado-patrimonio-da-humanidade\\_n907281](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/eixo-atlantico-quer-caminho-portugues-de-santiago-declarado-patrimonio-da-humanidade_n907281).

É certo, como já percebemos, que a indústria do turismo não pode continuar a olhar para o Património Cultural como uma mera matéria-prima. Cada vez mais é preciso que os agentes do turismo se preocupem com a matéria que utilizam para os seus produtos com a consciência de que ela não é inesgotável como a consideraram até então. Essa mudança de paradigma ditará o futuro dos bens patrimoniais, mas também do turismo. Mas então do que é que falamos quando imputamos a urgência de pensar, gerir e promover o Caminho de Santiago enquanto bem patrimonial? Antes de mais, devemos ter presente uma noção de base que deve guiar a nossa leitura, que é o facto de estarmos a tratar de um bem patrimonial pouco convencional, complexo, difícil de enquadrar por vezes, que é por natureza, *itinerante*<sup>97</sup>, cuja carga simbólica abarca em si valores que vão desde a defesa do “respeito pelo Outro, à solidariedade e liberdade”<sup>98</sup>. A par disto é, em si, uma complexa cápsula do tempo em constante produção de memórias criando e absorvendo novos significados, traduzidos em marcos arquitetónicos, como é o caso das igrejas, mosteiros, pontes ou cruzeiros, que marcam a paisagem histórica, simbólica e urbanística do Caminho; em marcos naturais, como é o caso dos cursos de água e as paisagens naturais que marcam e são marcadas pelo Caminho e que conhecemos dos relatos mais longínquos de peregrinação; em marcos históricos que testemunham a passagem do tempo e das pessoas; em marcos culturais reunidos num microcosmos onde coabitam pacificamente todas as nacionalidades, todas as línguas e todos os credos, num “apelo à unidade na diversidade”<sup>99</sup> entre simbologias que se fundem e confundem com os valores individuais dos itinerantes. Neste sentido é importante reflectir, no contexto deste estudo, de que forma a gestão de um bem patrimonial, neste caso um itinerário cultural como o Caminho de Santiago pode confluir e em que meios, pode distanciar-se de uma gestão turística do mesmo.

#### 4.4.1. Gerir para peregrinar/ caminhar

Ao longo dos vários pontos que percorremos ficou demonstrado, através dos inquéritos aos peregrinos, das entrevistas e da própria observação no terreno, que o Caminho de

---

<sup>97</sup> “O conceito de Itinerário Cultural revela-nos o conteúdo patrimonial do fenómeno específico de mobilidade e de trocas humanas que se desenvolveu através das vias de comunicação que facilitaram a sua expansão”. (ICOMOS, 2008, *Carta dos Itinerários Culturais*).

<sup>98</sup> *Declaração de Santiago de Compostela* de 23 de Outubro de 1987.

<sup>99</sup> *Declaração de Santiago de Compostela* de 23 de Outubro de 1987.

Santiago é um ponto de encontro de nacionalidades, géneros, idades e credos provenientes de todas as latitudes e longitudes do planeta.

Trata-se de uma jornada pessoal e por isso as motivações que levam a essa jornada são tão vastas como o número de pessoas que decidam empreende-la. É certo que não podemos dissociar o significado religioso, sobretudo católico, da peregrinação e actuar como se este não existisse, uma vez que correríamos o risco de ignorar a história e a forma como o Caminho de Santiago chegou até nós. Mas mais que esse significado, reina no Caminho um espírito que é tão antigo e contemporâneo, que remonta ao pré-cristianismo, aos cultos pagãos da Finisterra onde ainda hoje se vê o por do sol, se queima a roupa e se mergulha nas águas do atlântico numa série de rituais de chegada ao fim da jornada.

Desta forma, gerir um itinerário cultural, mais, gerir o Caminho de Santiago, pioneiro de todos os itinerários culturais não é uma mera gestão de recursos e bens. É sobretudo geri-los na perspectiva de uma utilização por e para milhares de pessoas todos os anos e durante todo o ano, provenientes de sítios e culturas diversas, que decidem realizar uma jornada profundamente íntima e fazê-la com essa mesma consciência. Gere-se, portanto, um conjunto de bens e recursos que reúnem em si a intimidade de todos os que por ali fazem a sua jornada. Esta consciência, aliada ao intrínseco sentido de dever que todos os gestores de património cultural devem possuir, e à garantia que o acesso aos bens patrimoniais se tem que prolongar através das gerações que nos sucederem, é fundamental para manter o espírito do Caminho. É também imperativo que se adaptem as infraestruturas às necessidades do nosso tempo mantendo, quando tal não representa um factor de perigo, com rigor e fundamentos históricos e científicos, os traçados originais dos itinerários do Caminho de Santiago. Tal permite a perpetuação da memória histórica, carregada da intimidade dos que por ali caminharam, o leito deste gigante que nos carrega aos ombros, este valor incalculável, que hoje gera milhões de euros em diversos sectores da economia espanhola e portuguesa.

Quem caminha com uma mochila às costas conta apenas com o que trás consigo. É quase uma lei universal do Caminho, é uma questão de prioridades, assim aprendemos a dar real valor ao que temos e tudo que vier a mais já é lucro. Lucro para quem caminha é chegar ao albergue e haver água quente para tomar banho, é ter uma cama para descansar e poder ler o livro que pensámos duas vezes antes de o colocar na mochila, mas que não podemos excluir das nossas prioridades. Lucro para quem caminha é poder disfrutar da

natureza sem ter medo de se perder por falta de sinalização, sem ter medo de atravessar florestas imensas sem ser apanhado num incêndio florestal, sem ter medo de atravessar ou caminhar ao longo de estradas muito movimentadas sem ser atropelado. Há um ditado no Caminho que diz que o Peregrino aceita, o turista exige. Como podemos ver, a gestão do Caminho para quem o Caminha não é uma questão de exigência, é uma questão de dádiva, de humanismo básico de sensibilidade e coisas tão simples como legislação podem fazer toda a diferença. Trata-se de mobilizar os recursos básicos, que muitas vezes existem, que estão subaproveitados e que têm custos muito baixos e transformá-los em lucro para ambos os lados. Neste sentido, podemos observar que no troço estudado existem formas distintas de pensar o Caminho. Através dos vários testemunhos que reunimos, conseguimos identificar práticas diferentes e essas práticas influem e são influenciadas directamente pelos objectivos que cada autoridade local define como prioritários segundo a sua visão particular do Caminho de Santiago seja ele enquanto bem patrimonial dotado de *valor simbólico*, seja enquanto recurso de valor patrimonial com potencial de *valor de uso*, seja ambos.

Assim, e porque estamos a falar de práticas de gestão a pensar nos peregrinos/caminhantes, o exemplo mais paradigmático é a existência de um albergue público em cada etapa (cerca de 30 km) do Caminho, propriedade do município ou junta de freguesia, gerido por estas autoridades locais ou por associações sem fins lucrativos ligadas ao caminho. Apesar da grande maioria dos municípios atravessados pelo troço em estudo ter um albergue de sua iniciativa, destaca-se neste caso Barcelos que além de um albergue público em Tamel, tem também um protocolo com a Associação Amigos da Montanha, na cidade de Barcelos por forma a garantir maior disponibilidade de alojamento, ao passo que o Porto, terceiro local de partida no ranking de todos os itinerários do Caminho de Santiago, não conta com nenhum albergue de iniciativa municipal. Se, comparativamente, assumirmos como eficaz o modelo de gestão da S.A. Plano de Gestão Jacobeu, e tendo em conta que este modelo se encontra num estado de progressão e implementação muito avançado em relação às práticas na generalidade dos troços portugueses, percebemos que este continua a não deixar de apostar na forte representatividade dos albergues públicos ao longo dos itinerários, prevendo-se inclusive a criação de “legislação de protecção dos albergues de peregrinos enquanto bens

patrimoniais”<sup>100</sup>, não deixando de os adaptar e dotar de acessibilidades, nem de os criar onde eles ainda não existem, mesmo que a oferta privada já exista. Por outro lado, em Portugal, e ainda neste âmbito da gestão para o peregrino/caminhante, são as Associações de Amigos do Caminho que em alguns casos absorvem a escassez de oferta pública através da sua iniciativa de criação de albergues.

#### 4.4.2. Gerir para visitar

A gestão de um itinerário como o Caminho de Santiago, direccionada para o mercado turístico é diferente daquela que identificámos no ponto anterior. Tal como ilustra o ditado, o turista exige e tem todo o direito a fazê-lo porque paga por uma experiência comoditizada, e essa comodidade é servida pela indústria turística, que tem de se reger por padrões de qualidade, que quanto mais altos, maior lucro geram.

Se por um lado é importante que se incremente no seio do sector turístico uma maior sensibilidade ao valor simbólico do património cultural e natural, por outro depende do poder legislativo a criação de bases legais que orientem e coordenem o equilíbrio entre as forças. Quer isto dizer que há espaço para que turistas e peregrinos possam coexistir no Caminho, mas tal implica um conhecimento de ambas estas vertentes e principalmente a sua harmonização. Faltando esta base legal, que seja condutora das acções de protecção e promoção, a consciência da gestão cai assim, numa análise muito empírica, na necessidade de não cometer o erro de fazer do Caminho de Santiago um produto puramente turístico. Valendo-nos mais uma vez do exemplo galego, verificamos que na lei espanhola, que estabelece a protecção dos itinerários pertencentes ao Caminho de Santiago, consta

“o estabelecimento e organização de uma rede de albergues de alojamento gratuito e gestão directa destinados à peregrinação; e poderá igualmente estabelecer-se um sistema de apoio a albergues e hospedarias que tenham carácter privado”<sup>101</sup>.

Verificamos assim que a legislação galega não só atribui às autoridades, neste caso a Conselleria de Cultura, o encargo de estabelecer uma rede de albergues públicos com um propósito bem definido “destinados à peregrinação”, mas também prevê o apoio à

---

<sup>100</sup> Xacobeu, S.A Gestion Plan, *Plan Director Y Estrategico del Camino de Santiago, 2015-2021*. Plano disponível em [www.caminodesantiago.gal](http://www.caminodesantiago.gal).

<sup>101</sup> Art.º 29º, Lei 3/1996, Protección dos camiños de Santiago, 10 de maio 1996.

iniciativa privada, que neste caso já não têm um propósito tão restrito. É com esta noção de que é possível a coexistência do pendor da peregrinação e do pendor turístico no Caminho, graças a medidas legais de definição deste enquanto bem patrimonial, que o protejam, valorizem e promovam de forma consciente e sustentável, que somos constantemente devolvidos à urgência da criação e implementação de legislação como base de protecção do caminho de Santiago enquanto bem patrimonial. Tal está definido na legislação portuguesa que estabelece as bases para a protecção e valorização do Património Cultural<sup>102</sup>, designadamente ao abrigo do Capítulo I, Artigo 2º, pontos 3 e 4, e que permite a protecção do Caminho de Santiago enquanto “Bem de interesse cultural”, à semelhança do que foi feito em Espanha, com a Lei 16/1985<sup>103</sup>, que classificou o Caminho de Santiago como Bem de Interesse Cultural (Bien de Interés cultural), além do que é referido nos documentos produzidos para avaliação do Caminho enquanto Património Mundial como é o caso da avaliação feita pelo ICOM em 2015 e que refere

“Não obstante (...) será necessário abordar as potenciais ameaças que representam o crescimento e desenvolvimento industrial e urbano, novas infra-estruturas de transporte como auto-estradas e ferrovias, o aumento da pressão do turismo, o número de peregrinos e despovoamento rural. A execução de medidas regulamentares e legislação será crucial, bem como o desenvolvimento de estudos de impacto no meio ambiente e património para as novas construções”<sup>104</sup>.

Para além destas definições de base, que são hoje essenciais para a protecção do Caminho de Santiago em Portugal, realço a necessidade de uma constante avaliação destes parâmetros atendendo ao espírito do tempo e aos desafios que são por ele criados.

A classificação oficial do Caminho de Santiago enquanto Bem de Interesse Cultural é uma ferramenta que, em Portugal, daria ao Caminho de Santiago um enquadramento legal e a necessidade de existência de estratégias tendentes à sua salvaguarda, protecção e conservação por parte do Estado Português. Alguns dos bens<sup>105</sup> que marcam e são marcados pelo Caminho de Santiago já se encontram classificados ao

---

<sup>102</sup> Lei 107/2001, Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, 8 de Setembro de 2001.

<sup>103</sup> Ley 16/1985, de 25 de junio, del Patrimonio Histórico Español

<sup>104</sup> ICOMOS, 2015, *Advisory Body Evaluation*.

<sup>105</sup> Mapa em anexo B.

abrigo da lei de bases do Património Cultural<sup>106</sup>, seja como *Monumentos Nacionais*, *Monumentos de Interesse Público* ou *Imóveis de Interesse Público*. Dos elementos classificados destacamos os *Monumentos Nacionais* que na sua maioria vêm as suas condições básicas de salvaguarda e valorização atendidas, referimo-nos especialmente às Igrejas de S. Pedro de Rates e de S. Pedro de Rubiães classificadas desde 1910 e 1922 respectivamente, bem como à Sé do Porto, à Igreja Matriz e Paço dos Condes de Barcelos, à Ponte de Ponte de Lima e à Via Romana Braga-Tui, parte da qual percorremos no traçado do caminho.

É por isso necessário, em primeiro lugar, promover a identificação de todos os elementos que contribuem para a construção do Caminho enquanto bem cultural e lhe conferem a sua materialidade histórica colectiva: o património móvel, imóvel e intangível tem que ser inventariado e esta é “a questão puramente administrativa de dar aos monumentos nacionais de cada povo a protecção que se lhes deve, quando menos por simples solidariedade intelectual na civilização do nosso tempo”<sup>107</sup> para conhecermos em pormenor os activos com que nos deparamos e como podemos potenciá-los de forma a lhe acrescentarem valor e significado.

---

<sup>106</sup> Lei 107/2001, Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, 8 de Setembro de 2001.

<sup>107</sup> Ortigão, 1896: 16.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciámos este estudo com o sentido de perceber quem são os agentes do Caminho Central Português de Santiago, o que fazem em termos de gestão, salvaguarda e promoção e como o fazem.

Como podemos perceber é tarefa árdua promover uma eficaz estratégia de salvaguarda, gestão e promoção de toda esta rede de itinerários que existem em Portugal, principalmente no Norte e Centro do país, agindo de forma isolada, através de projectos localizados. É certo que é necessário potenciar e apostar nestes itinerários com recursos mais exíguos, mas isso não pode ser feito em detrimento dos outros itinerários. É certo também que o Caminho Central é a espinha dorsal desta rede de itinerários em Portugal; é neste itinerário que se concentra o maior número de peregrinos; é este o segundo itinerário mais percorrido de todos os itinerários pertencentes ao Caminho de Santiago.

Deixar de apostar, continua e sustentavelmente na salvaguarda do seu património, numa gestão eficaz e numa promoção regrada em detrimento da aposta num outro itinerário, é desregular propositadamente todo o sistema, obrigando a que por falta de condições, os peregrinos deixem de poder escolher o Caminho e passem a estar limitados apenas ao/aos itinerários que tenham melhores condições. É relativamente fácil de perceber, através das fontes utilizadas, que existem grandes dicotomias no Caminho Central, que se agravam quando colocamos em perspetiva todas as variantes nesta rede que é o Caminho de Santiago, em toda a sua extensão. O troço que aqui tratamos é bastante representativo destas diferenças. Falamos de um espaço de cerca de 120 km de extensão, mas que não é dissociado da realidade integral de todo o traçado em território nacional, no mínimo desde Lisboa, ao longo de cerca de 500 km (Lisboa- Valença). Uma análise integral e global desta imensa extensão de itinerário permitiria todas as questões de fundo, uma vez que, como podemos perceber pelos relatos de peregrinos que começaram a sua caminhada em Lisboa e com quem conversámos durante a observação no terreno, é no troço entre Lisboa e Porto que há mais falhas de gestão, protecção e valorização,

Como nos foi relatado, faltam os cuidados com a segurança, sendo que a grande maioria das etapas é feita por estradas bastante movimentadas, não havendo alternativas seguras. Tal revela uma ausência de políticas de gestão, elementos básicos como o levantamento e estudo do traçado e criação de alternativas seguras quando necessário,

que sejam fundamentadas por estudos científicos e históricos do Caminho. É, pois necessário dotar toda a rede de itinerários desde o litoral ao interior com condições de transitabilidade, segurança, albergues e apoio aos peregrinos por forma a que tenhamos o Caminho de Santiago, em todas as suas formas, longitudes e latitudes e não os Caminhos de Santiago que reclamam a si individualmente o protagonismo.

Começámos por perceber as dinâmicas desta espinha dorsal e percebemos que no troço estudado e percorrido, Porto – Valença, existem políticas e práticas que variam de município para município, por vezes de freguesia para freguesia. Ao percorrer o terreno encontrámos a verdadeira realidade, os resultados. Só no terreno percebemos realmente as consequências das políticas existentes ou não, eficazes ou não, e percebemos quais pés por ali passaram pela gestão que é feita. Para programar e gerir um itinerário, um bem patrimonial como o Caminho de Santiago é necessário percorre-lo, tal como um curador de um museu ou de uma galeria precisa conhecer o seu acervo de uma forma qualificada para assim ser capaz de traduzir todo o seu significado ao expô-lo ao público. Há muitos troços daquele caminho que nunca sentiram a passagem de um responsável pela sua gestão, há outros que já os conhecem pela frequência de longa data. É por isso, antes de uma gestão uniformizada que é urgente, necessário que cada individuo com responsabilidades de gestão ganhe uma consciência patrimonial do que é o Caminho de Santiago. Não basta medir a sua importância em números, em potencial económico, todo o potencial económico se esgotará se não forem tomadas as devidas medidas de proteção e gestão sustentável. É preciso que os técnicos com responsabilidades de gestão do património saibam efetivamente sobre o que estão a trabalhar, quais as fragilidades e fortalezas, num exercício de sensibilidade e profundo conhecimento do terreno e dos bens patrimoniais que nem sempre se verifica e que a longo prazo pode pôr em causa a sustentabilidade do Caminho enquanto itinerário cultural. Não é claramente um exercício fácil, até porque a complexidade do sujeito obriga a uma visão ampla, um conhecimento profundo e sensibilidades apuradas, mas comecemos pelo essencial.

Valorizar um itinerário cultural é reconhecer a transcendência de valores que nele se conjugam e isso começa pela sua classificação enquanto tal, uma tomada de posição que defina e defenda as especificidades, os valores representados e património inerente é o primeiro e essencial passo a dar no sentido de uma valorização eficaz. É preciso saber dotar conscientemente o Caminho de opções. Os poderes gestores, nacionais, regionais e locais têm, em primeiro lugar de proteger legalmente o Caminho de Santiago em toda a

sua extensão e em todas as suas variantes, enquadrando-o numa perspetiva de itinerário cultural, um bem patrimonial dotado de complexidade e com valores que vão desde o património natural ao património imaterial, fundamentado histórica e cientificamente. Este passo é fundamental para a criação de medidas de gestão eficazes. Depois e como foi defendido por todos os entrevistados, é imperativa a criação de um organismo de gestão unificada do Caminho de Santiago em Portugal, à semelhança do que a S.A. Gestão do Plano Jacobeu faz na Galiza. Esta questão é muito sensível pois as diferentes autoridades estão longe da convergência, proliferam tentativas frustradas, sobrepõem-se vontades e interesses. Esta autoridade não deverá ser meramente consultiva nem promotora, deverá ter poder efectivo de criação e aplicação de um plano de gestão, dela devem constar representantes locais, com conhecimentos profundos sobre os seus territórios e bens patrimoniais, e autoridades regionais e nacionais responsáveis pelas áreas da Cultura, Património Cultural e Turismo. À semelhança do que acontece na Galiza em que a S.A. Gestão do Plano Jacobeu é a entidade responsável por toda a gestão do Caminho, pede-se a este organismo uma visão abrangente e estruturada, que fundamente as suas políticas em conhecimento histórico e científico, que fomente o constante aprofundamento destes conhecimentos, e que promova o Caminho enquanto valor patrimonial com significância universal, criando para isso um plano que conjugue a salvaguarda do seu património, em todas as suas formas, a consciencialização das populações para os valores e significados em presença, o desenvolvimento das suas potencialidades e continua adaptação aos tempos e necessidades dos peregrinos/caminhantes e a delicada manutenção do um equilíbrio rigoroso entre as forças e interesses da indústria turística e a gestão dos bens patrimoniais culturais, tangíveis, intangíveis e naturais que constituem o Caminho de Santiago.

O Espírito do Caminho é no fundo aquilo sobre o que nos debruçamos ao longo deste estudo, aquilo que nos atrai para ele, é o que urge salvar, adaptar, em suma, valorizar. Esta conjugação perfeita entre matéria e espírito, entre História e lenda, entre pedra talhada e natureza bruta, entre nós e o outro, é o que constitui o Caminho da Santiago como um bem patrimonial de valor excepcional. Este local feito de locais, que tem tanto de transição como de encontro onde os pés cansados deambulam enquanto a cabeça liberta absorve tudo o que nos foi deixado pelo tempo, pelo rasto do último peregrino, pela palavra do último a contar a História.



## **FONTES**

Barcelos, C.M (2015), *Plano Director Municipal Barcelos*. Consultado em <http://www.cm-barcelos.pt/atendimento-online/plano-diretor-municipal-2015/elementos-do-plano>.

Paredes de Coura, C.M. (2016), *Plano Director Municipal*. Consultado em [https://www.paredesdecoura.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/cmparedescoura\\_sus/componentText/SUS576D37D644207/PDM.PDF](https://www.paredesdecoura.pt/susProjects/susWebBackOffice/uploadFiles/cmparedescoura_sus/componentText/SUS576D37D644207/PDM.PDF).

Ponte de Lima, C.M. (2005), *Plano Director Municipal*. Consultado em [http://sig.cm-pontedelima.pt/WebSIG/PDM/menu\\_pdm/PDM\\_PL.pdf](http://sig.cm-pontedelima.pt/WebSIG/PDM/menu_pdm/PDM_PL.pdf).

Valença, C.M. (2010), *Plano Director Municipal*. Consultado em <http://www.cm-valenca.pt/files/12/1268.pdf>.

ICOMOS (2015), *Avaliação do Caminho de Santiago enquanto membro da lista do Património Mundial da UNESCO* “Advisory Body Evaluation. Consultado em <http://whc.unesco.org/en/list/669/documents/>.

*Caminho Português da Costa*, disponível em [www.caminhoportuguesdacosta.com](http://www.caminhoportuguesdacosta.com).

*Eixo- Atlântico*, disponível em <https://www.eixatlantico.com/index.php/pt/>.

*Turismo de Portugal*, disponível em <https://www.visitportugal.com/pt-pt/sobre-nos>.

## **Caminho de Santiago na Galiza**

*Directorio de asociacións*, disponível em <http://www.caminodesantiago.gal/gl/descubre/asociacions-do-camino/directorio-de-asociacions>

Xacobeu, S.A Gestion Plan, *Plan Director Y Estrategico del Camino de Santiago 2015-2021*, disponível em <http://www.caminodesantiago.gal/documents/17639/293816/Plan%20director%20estrategico%20Cami%C3%B1o%20de%20Santiago.pdf?version=1.0>

Xacobeu, S.A Gestion Plan, disponível em <http://www.caminodesantiago.gal/gl/espacio-institucional/institucional-y-juridico/que-e-e-que-competencias-ten>.

## **Turismo do Porto e Norte de Portugal**

Associados do Turismo do Porto e Norte, disponível em <http://www.portoenorte.pt/pt/informacao-institucional/associados/entidades/>.

*Estatutos do Turismo do Porto e Norte*, Despacho n.º 8792/2013, disponível em [http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/estatutostpnp\\_12658132358f6532a6018d.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/estatutostpnp_12658132358f6532a6018d.pdf)

Plano de acção e orçamento, 2016. Disponível em [http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/pao2016\\_874701041595535259bb8c.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/pao2016_874701041595535259bb8c.pdf)

Plano de acção e orçamento, 2017. Disponível em [http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/0-pnp\\_planoacao2016\\_final\\_199041297459413aaa8293d.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/0-pnp_planoacao2016_final_199041297459413aaa8293d.pdf)

Plano de acção e orçamento, 2018. Disponível em [http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/plano\\_de\\_acao\\_e\\_orcamento\\_2018\\_46720312559d39bd756eeb.pdf](http://www.portoenorte.pt/fotos/gca/plano_de_acao_e_orcamento_2018_46720312559d39bd756eeb.pdf).

## **Xacopédia – Enciclopédia Online sobre o Caminho de Santiago**

“Consejo Jacobeu”, disponível em [http://xacopedia.com/Consejo\\_Jacobeo](http://xacopedia.com/Consejo_Jacobeo).

“Federação Espanhola de Associações dos Amigos do Caminho”, disponível em [http://xacopedia.com/Federaci%C3%B3n\\_Espa%C3%B1ola\\_de\\_Asociaciones\\_de\\_Amigos\\_del\\_Camino\\_de\\_Santiago](http://xacopedia.com/Federaci%C3%B3n_Espa%C3%B1ola_de_Asociaciones_de_Amigos_del_Camino_de_Santiago).

“Plan Xacobeu “, disponível em [http://xacopedia.com/S\\_A\\_de\\_Xesti%C3%B3n\\_do\\_Plan\\_Xacobeo](http://xacopedia.com/S_A_de_Xesti%C3%B3n_do_Plan_Xacobeo).

“Turigrino”, disponível em <http://xacopedia.com/turigrino>.

## **Legislação Nacional**

*Lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural*, Lei 107/2001, de 8 de Setembro de 2001. Consultada em [www.https://dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf](http://www.dre.pt/application/dir/pdf1s/2001/09/209A00/58085829.pdf).

## **Legislação Internacional**

*Ley del Patrimonio Histórico Español*, Ley 16/1985, de 25 de junio de 1985. Consultado em [http://noticias.juridicas.com/base\\_datos/Admin/116-1985.html](http://noticias.juridicas.com/base_datos/Admin/116-1985.html)

*Lei de Protección dos Camiños de Santiago na Galiza*, Lei 3/1996, do 10 de maio de 1996, consultado em <http://www.parlamentodegalicia.es>.

Europe, Council, *Declaração de Santiago de Compostela 23/10/1987*. Consultado em <https://rm.coe.int/16806f57d6>.

Europe, Council of, (2013), *Resolution CM/Res(2013)66 confirming the establishment of the Enlarged Partial Agreement on Cultural Routes (EPA)*. Consultado em [http://culture-routes.net/sites/default/files/files/CMRes\(2013\)66E.pdf](http://culture-routes.net/sites/default/files/files/CMRes(2013)66E.pdf).

Europe, Council of, (2016), *Cultural Routes of the Council of Europe*. Consultado em <https://rm.coe.int/16806f57aa>.

ICOMOS (1999), *Cultural Tourism Charter*. Consultado em <http://www.icomos.org>.

ICOMOS (2008), *Carta de Itinerários Culturales*. Consultado em [https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/culturalroutes\\_sp.pdf](https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/culturalroutes_sp.pdf).

### **Fontes Estatísticas**

Oficina do Peregrino, disponível em <https://oficinadelperegrino.com/estadisticas>.

Organization, World Tourism Organization (2008), *International Recommendations for Tourism Statistics*. Disponível em [https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM\\_83rev1e.pdf#page=21](https://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesm/SeriesM_83rev1e.pdf#page=21).

### **Fontes Orais**

Entrevista a Isilda Salvador, dia 16 de Junho de 2017.

Entrevista a José Varela, 7 de Junho de 2017.

Entrevista a Lúcio Lourenço, dia 14 de Junho de 2017.

Entrevista a Nuno Rodrigues, dia 14 de Junho de 2017.

Entrevista a Pedro Brochado via e-mail, respondida no dia 14 de Junho de 2017.

Entrevista a Rui Rodrigues via e-mail, respondida no dia 5 de Julho de 2017.



## BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Angela (2016), *Caminhar na era tecnológica em direção a Santiago de Compostela: Estudo do uso de uma app por parte dos peregrinos*, dissertação de mestrado em Marketing Research, Viseu, ESGTV.
- Ballart, Josep e Jordi Juan Tresseras, (2002), *Gestión del Patrimonio Cultural*, Barcelona, Editorial Ariel.
- Baudrillard, Jean (1972) *Para uma crítica da economia política do signo*, Lisboa, Edições 70.
- Baumann, Zygmunt (1996), *Tourists and Vagabonds: heroes and victims of postmodernity*. Disponível em [http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/26687/ssoar-1996-baumann-tourists\\_and\\_vagabonds.pdf](http://www.ssoar.info/ssoar/bitstream/handle/document/26687/ssoar-1996-baumann-tourists_and_vagabonds.pdf).
- Bruner, Edward (1991), *Transformation of self in tourism*. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/223711899\\_Transformation\\_of\\_self\\_in\\_tourism](https://www.researchgate.net/publication/223711899_Transformation_of_self_in_tourism).
- Creswell, John (2003), *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*, 2<sup>nd</sup> edition , Thousand Oaks: SAGE.
- Duarte, Ana (2016), *Caminhos de Santiago: o Caminho Português como fator de desenvolvimento turístico no concelho de Barcelos*, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, Porto, FLUP.
- Eade, John e Simon Coleman (2004), *Reframing Pilgrimage*. Disponível em [https://www.researchgate.net/publication/270876278\\_Reframing\\_Pilgrimage?enrichId=rgreq-](https://www.researchgate.net/publication/270876278_Reframing_Pilgrimage?enrichId=rgreq-).
- “Eixo Atlântico quer Caminho Português de Santiago declarado Património da Humanidade”, *RTP Notícias*, 29 de Março de 2016, disponível em [https://www.rtp.pt/noticias/cultura/eixo-atlantico-quer-caminho-portugues-de-santiago-declarado-patrimonio-da-humanidade\\_n907281](https://www.rtp.pt/noticias/cultura/eixo-atlantico-quer-caminho-portugues-de-santiago-declarado-patrimonio-da-humanidade_n907281).
- Fortuna, Carlos (2013), *Identities, percursor, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana*. Disponível em [https://digitalis.uc.pt/ptpt/livro/identidades\\_percursos\\_paisagens\\_culturais\\_estudos\\_sociol%C3%B3gicos\\_de\\_cultura\\_urbana](https://digitalis.uc.pt/ptpt/livro/identidades_percursos_paisagens_culturais_estudos_sociol%C3%B3gicos_de_cultura_urbana)
- Frey, Nancy (1998) *Pilgrim Stories: On and Off the Road to Santiago, Journeys Along an Ancient Way in Modern Spain*, Oakland, University of California Press.

- Gomes, Leandro (2012), *Olhares sobre o património: uma etnografia do caminho de santiago português*, dissertação de mestrado em Antropologia, Coimbra, FCTUC.
- Gros, Frédéric (2010), *Caminhar, uma filosofia*. Disponível em <https://pt.scribd.com/document/263468210/Caminhar-Uma-Filosofia-Frederic-Gros-2010>.
- Hyndman-Rizk, Nelia (ed) (2012), *Pilgrimage in the Age of Globalisation: Constructions of the Sacred and Secular in Late Modernity*, Newcastle upon Tyne, Cambridge Scholars Publishing.
- Kaul, Adam (2007), “The limits of commodification in traditional Irish music sessions”, *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Volume 13, Issue 3, pp. 703–719.
- MacCanell, Dean (2013) *The Tourist: A new theory of the leisure class*, Berkley, University of California Press.
- Mc Kercher, Bob e Hilary Du Cross (2002), *Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*, New York, Routledge.
- Marques, José (2000) “Caminhos Portugueses de Peregrinação a Santiago de Compostela. Pressupostos históricos e condicionantes de uma caminhada”, *Associação para a Defesa, estudo e divulgação do Património Cultural e Natural*, nº 6. IIIª Série, pp. 3 – 44.
- Mathieson, Alister e Geoffrey Wall (1982), *Tourism: Economic, Physical and Social Impacts*, Harlow, Longman.
- Nadais, Catarina (2010), *O turismo e os territórios da espiritualidade: os caminhos de Santiago em Portugal*, dissertação de mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento, Coimbra, FLUC.
- Ortigão, Ramalho (1896), *O culto da Arte em Portugal*, consultado em <http://www.gutenberg.org/files/30456/30456-h/30456-h.htm>.
- Pazos, Antón (2014,) *Redefining Pilgrimage: New Perspectives on Historical and Contemporary Pilgrimages*, New York, Routledge.
- Pimenta, José (2016), *Abrigo Mínimo de Apoio aos Peregrinos no Caminho Português de Santiago de Compostela*, dissertação de mestrado em Design, Barcelos, IPCA.
- Pinheiro, Ana (2007), “Itinerários culturais: viajando pela História”, *Máthesis*, nº 16, pp.217-228. Disponível em [http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/mathesis/Mat16/Mathesis16\\_217.pdf](http://z3950.crb.ucp.pt/Biblioteca/mathesis/Mat16/Mathesis16_217.pdf).

- Richards, Greg (ed.) (1996), *Cultural Tourism in Europe*. Disponível em [http://www.tram-research.com/cultural\\_tourism\\_in\\_europe.PDF](http://www.tram-research.com/cultural_tourism_in_europe.PDF).
- Santos, Tânia (2015), *A caminho de Santiago: Arquitectura popular em projeto*, dissertação de mestrado em Artes, Porto, FAUP.
- Singul, Francisco (1999), *O Caminho de Santiago – A peregrinação ocidental na idade média*, Rio de Janeiro UERJ.
- Soares, João (2017) *Corpo, Espaço e Arquitectura: ferramentas de projecto para potenciar a experiência háptica: proposta de intervenção em Matosinhos no Caminho de Santiago*, dissertação de mestrado em Arquitectura, Porto, ULP.
- Steiner, George (2004), *A ideia de Europa*, Lisboa, Gradiva.
- Suárez-Inclán, Maria (2003), “Los Itinerários Culturales” *The CIIC scientific magazine*, disponível em [http://www.esicomos.org/Nueva\\_carpeta/TCSM/ponencia\\_MARIAROSASUAREZ.htm#2Definición científica de los itinerarios culturales](http://www.esicomos.org/Nueva_carpeta/TCSM/ponencia_MARIAROSASUAREZ.htm#2Definición científica de los itinerarios culturales).
- Turner, Victor e Edith Turner (1978), *Image and pilgrimage in Christian culture*, New York, Columbia University Press.
- Vidich, Arthur e Stanford Lyman (2000), *Qualitative Methods, Their history in Sociology*. Disponível em <http://jan.ucc.nau.edu/~pms/cj355/readings/vidich&lyman.pdf>.



## ANEXOS

**Anexo A** – Mapa da rede de Caminhos de Santiago (utilizado nas Credenciais do Peregrino)

Fonte: [http://www.caminhodesantiago.com.br/mapas/mapa\\_credencial\\_ceuropa.htm](http://www.caminhodesantiago.com.br/mapas/mapa_credencial_ceuropa.htm)













## **Gestão e Valorização do Caminho Central Português de Santiago no troço Porto- Valença / Managing and Valorization of Caminho Central Português de Santiago in Porto - Valença section**

Este questionário é parte integrante de uma pesquisa sobre a gestão e valorização do Caminho Central Português de Santiago enquanto Património Cultural, limitada ao troço que se inicia na cidade do Porto até à cidade de Valença onde termina o Caminho em território português. Esta pesquisa insere-se no âmbito da Dissertação conferente do grau de Mestre em Empreendedorismo e Estudos da Cultura a ser apresentada no ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa, por mim, Joana Filipa Martins da Silva, aluna nrº72388, no ano lectivo 2016/2017.

Este questionário é anónimo e os dados recolhidos não serão divulgados apenas servirão para análise de resultados.

Obrigada pela sua colaboração.

This survey is an integral part of a research on the management and valorization of the Caminho Central Português de Santiago (Portuguese Central Way of Santiago) as Cultural Heritage, limited to the section that starts in the city of Porto until the city of Valença where the Caminho ends in Portuguese territory. This research is part of the Dissertation conferring the Master's degree in Empreendedorismo e Estudos da Cultura to be presented at the ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, by myself, Joana Filipa Martins da Silva, student nr 72388, in the academic year 2016/2017.

This survey is anonymous, the data collected will not be disclosed and it will be used only for results analysis.

Thank you for your cooperation.

**\*Obrigatório**

**1. Endereço de email \***

---

**2. Sexo/ Gender:**

*Marcar apenas uma oval.*

- Feminino / Female  
 Masculino/ Male

**3. Idade/ Age:**

*Marcar apenas uma oval.*

- 15-20  
 20-30  
 30-40  
 40-50  
 50-60  
 60-70  
 +70

**4. Nacionalidade/ Nationality:**

*Marcar apenas uma oval.*

- Portuguesa
- Espanhola
- Italiana
- Alemã / German
- Francesa / French
- Brasileira
- Estadunidense/ U.S.A.
- Outra: \_\_\_\_\_

**5. Qual foi a sua motivação para realizar o Caminho Central Português de Santiago? / What was your motivation to do the Caminho Central Português de Santiago? \***

*Marcar apenas uma oval.*

- Religiosa/ Espiritual ( Religious/ Spiritual )
- Desportiva/ Aventura ( Sport/ Adventure)
- Lazer/ Turística ( Leisure/ Tourism)

**6. Qual o motivo pelo qual escolheu realizar o Caminho Central Português de Santiago? / Why did you choose to do the Caminho Central Português de Santiago?**

*Marcar apenas uma oval.*

- Por ser um dos Caminhos mais antigos e mais percorridos / Because it is one of the oldest and most traveled ways
- Pela beleza das suas paisagens naturais e pelo seu património histórico e cultural/ For the beauty of its landscapes and for its historical and cultural heritage
- Pelas boas condições da sinalização, segurança e oferta de albergues/ For the good conditions of the way signaling, security and Albergues offer
- Outra: \_\_\_\_\_

**7. Já percorreu outras variantes dos Caminhos de Santiago? / Do you have done any other trail of Caminho de Santiago before?**

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim / Yes
- Não / No

8. **Considera o Património Cultural inerente ao Caminho Português de Santiago uma parte importante do Caminho? / Do you consider the Cultural Heritage inherent to Caminho Português de Santiago a important part of the Caminho itself?**

*Marcar apenas uma oval.*

- Sim / Yes  
 Não / No

9. **Quais dos seguintes elementos considera essenciais para a valorização do Caminho Central Português de Santiago e do seu Património Cultural? / Which of the following do you consider essential for the valorization of the Caminho Central Português de Santiago and its Cultural Heritage?**

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Albergues Oficiais / Official Albergues  
 Actividades e Programação culturais / Cultural activities and programming  
 Apoio ao utilizador/ peregrino ( User/ Pilgrim support)  
 Segurança / Security  
 Promoção e salvaguarda do património cultural inerente ao Caminho / Promote and safeguarding the cultural heritage inherent to the Caminho  
 Cuidados com o traçado e a sua marcação/ Take care of the trail and its signaling  
 Outra: \_\_\_\_\_

10. **Por favor avalie, segundo a sua experiência do Caminho, as condições de gestão e valorização do Caminho Central Português de Santiago no troço Porto - Valença. / Please evaluate, according to your experience of the Caminho, the conditions of management and valorization of the Caminho Central Português de Santiago in the Porto - Valença section.**

*Marcar apenas uma oval.*

	1	2	3	4	5	
Péssima / Terrible	<input type="radio"/>	Excelente/ Excellent				

11. Por favor, avalie as seguintes premissas: /Please evaluate the following premises: \*

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Completamente /Completley Disagree	Discordo/ Disagree	Não Sei / Não respondo ( / Dont know/ Don't answer)	Concordo / Agree	Concordo Completamente / Completley Agree
O Caminho está bem assinalado e transitável em todo o seu percurso/ The Caminho is well marked and passable throughout its course.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os Albergues existentes são suficientes para a procura e têm todas as condições necessárias. /Existing Albergues are sufficient for the demand and all have the necessary conditions.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Caminho é seguro/ The Caminho it's safe.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Existem condições logísticas de apoio e auxílio aos peregrinos em todo o percurso. /There are logistical conditions of support and assistance to pilgrims throughout the journey.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
O Património cultural arquitetónico inerente ao Caminho encontra-se protegido e valorizado. /The architectural heritage inherent to the Caminho is protected and valued.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

12. Assinale por favor, qual ou quais das seguintes entidades considera serem actualmente responsáveis pela gestão do Caminho./ Please note which one or which of the following entities you consider are currently responsible for managing the Caminho Central Português de Santiago?

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Entidades Locais (Juntas de Freguesia e Municípios) / Local government entities
- Entidades Regionais (Distritos)/ Regional government entities
- Entidades Nacionais (Direção Geral do Património Cultural e outras entidades governativas) / National government entities
- Não sabia que existiam entidades responsáveis pela gestão do Caminho / Didn't know that there were responsible entities for managing the Caminho

13. Assinale por favor, segundo a sua opinião qual ou quais das seguintes entidades considera que deveriam ser responsáveis pela gestão do Caminho./ Please note, according to your opinion, which one or which of the following entities you think should be responsible for managing the Way.

*Marcar tudo o que for aplicável.*

- Entidades Locais (Juntas de Freguesia e Municípios) / Local Government entities
- Entidades Regionais (Distritos) / Regional government entities
- Entidades Nacionais (Direção Geral do Património Cultural e outras entidades governativas) / National government entities
- Associações (Peregrinos e Amigos do Caminho) / Pilgrins associations and other
- Organismo de gestão autónomo / Autonomus managemet organization
- Outra: \_\_\_\_\_

**Obrigada pela colaboração! / Thank you for your cooperation!**

Será enviada uma cópia das suas respostas por email para o endereço que forneceu



## **Anexo E- Guião de Entrevista às Autoridades Locais (Municípios)**

### Guião de Entrevista

Como método de recolha e análise de informação eficaz, escolheu-se utilizar a entrevista com vista a obter conhecimentos no que diz respeito à gestão e valorização do Caminho Central de Santiago e do seu Património nos concelhos de Porto, Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Barcelos, Ponte de Lima, Paredes de Coura e Valença. Assim, realizar-se-ão um total de oito entrevistas a indivíduos representantes da autoridade competente em cada município e da Associação Espaço Jacobeus.

**Temática do Estudo:** Gestão e Valorização do Caminho Central de Santiago (Porto-Valença) enquanto itinerário cultural e bem de valor patrimonial.

#### **Objectivos:**

- Recolher informação acerca da entidade/s competente/s pela gestão do Caminho em cada Município
- Perceber se existem e quais são as políticas de valorização e gestão do caminho Central Português
- Perceber qual o peso do Caminho Central Português nas políticas patrimoniais e culturais de cada concelho

#### **Entidades Entrevistadas:**

- Responsável pela área nos Municípios de:
  - Matosinhos
  - Maia
  - Vila do Conde
  - Póvoa do Varzim
  - Barcelos
  - Ponte de Lima
  - Paredes de Coura
  - Valença
  - Associação Espaço Jacobeus

#### **Questões de Investigação:**

- ✓ De que formas, com que amplitude e com que impactos é o Caminho Central Português de Santiago valorizado, na óptica do seu valor enquanto bem patrimonial?
- ✓ Quem são e como actuam as entidades responsáveis pela gestão patrimonial do Caminho?
- ✓ Quais são os desafios que o Caminho Central de Santiago apresenta em termos de gestão e valorização patrimonial e cultural?

## **Tópicos gerais:**

- 1) Identificar e caracterizar a/s entidade/s responsável/eis**
  - a) Breve caracterização da pessoa responsável (Nome, Idade, Escolaridade, Cargo, Tempo de serviço na área)
  - b) Identificar sinergias existentes na área dentro dos municípios (organismos autónomos, associações, etc)
- 2) Identificar linhas de planeamento e gestão do Caminho Central de Santiago**
  - a) Verificar existência de um plano de gestão municipal, inter-municipal e/ou parcerias para a gestão do Caminho Central de Santiago
  - b) Identificar acções de valorização do Caminho e do seu património enquanto bem cultural e patrimonial
  - c) Identificar estratégias de dinamização do Caminho Central Português
  - d) Identificar recursos utilizados na gestão
  - e) Identificar desafios e políticas de curto, médio e longo prazo

## **Entrevista**

### **I. Caracterização do/a Entrevistado/a**

**Nome:**

**Idade:**

**Escolaridade:**

**Área de Trabalho:**

**Cargo:**

**Tempo de serviço como responsável:**

**Já fez o Caminho de Santiago?**

### **II. Entidades responsáveis**

- 1) Qual o papel da autarquia na gestão e valorização do Caminho Central de Santiago?**
- 2) Neste município existem outras entidades com responsabilidades na gestão e valorização do Caminho Central de Santiago e do seu património?**
  - 1.1) Quais as suas competências e áreas de jurisdição?**
  - 1.2) De que forma comunicam entre si?**
  - 1.3) Que projectos têm em conjunto?**

### **III. Políticas, Planeamento e Gestão do Caminho Central de Santiago**

- 3) Existe algum plano municipal ou regional de gestão do Caminho Central de Santiago? (se sim, alneas) (se não, pergunta 3)**
  - a. Está a ser aplicado?**

- b. Quais são os seus objetivos?
  - c. Quais são as suas áreas de acção?
  - d. Quem são os seus intervenientes?
  - e. Que recursos disponibiliza?
  - f. Que resultados tem produzido?
- 4) Sente que é necessário criar algum tipo de plano de gestão do Caminho Central de Santiago? (se sim)
- a. Quais seriam os seus objetivos?
  - b. Quais seriam as suas áreas de acção?
  - c. Quem seriam os seus intervenientes?
  - d. Que recursos necessitaria?
  - e. Para que resultados estaria orientado?
- 5) De que forma podemos caracterizar o/s modelo/s de gestão do/s Caminho/s de Santiago em Portugal e em Espanha?
- a. Quais as suas vantagens e desvantagens?
- 6) Qual a visão do Município acerca do Caminho Central de Santiago enquanto bem patrimonial?
- a. Que políticas de valorização estão a ser aplicadas?
  - b. Que tipos de intervenção são feitos no Caminho e no seu património (salvaguarda, protecção, dinamização, etc)?
  - c. Qual é o peso do Caminho Central de Santiago no sector cultural?
  - d. Qual o peso do caminho central de Santiago no sector turístico?
- 7) Qual é o peso da gestão e valorização do Caminho Central de Santiago no orçamento municipal?
- 8) Qual é a receita que o Caminho Central de Santiago produz no município?
- 9) Quais são os maiores desafios na gestão patrimonial do Caminho Central de Santiago?
- 10) De que forma podemos garantir a valorização produtiva e a gestão eficiente dos Caminhos de Santiago em Portugal?
- a. Desafios
  - b. Perspetivas
  - c. Intervenientes
  - d. Recursos



## **Anexo F- Guião de Entrevista à Associação Espaço Jacobeus**

### **Guião de Entrevista**

Como método de recolha e análise de informação eficaz, escolheu-se utilizar a entrevista com vista a obter conhecimentos no que diz respeito à gestão e valorização do Caminho Central de Santiago e do seu Património nos concelhos de Porto, Matosinhos, Maia, Vila do Conde, Póvoa do Varzim, Barcelos, Ponte de Lima, Paredes de Coura e Valença. Assim, realizar-se-ão um total de oito entrevistas a indivíduos representantes da autoridade competente em cada município e da Associação Espaço Jacobeus.

**Temática do Estudo:** Gestão e Valorização do Caminho Central de Santiago (Porto-Valença) enquanto itinerário cultural e bem de valor patrimonial.

#### **Objectivos:**

- Recolher informação acerca da entidade/s competente/s pela gestão do Caminho em cada Município
- Perceber se existem e quais são as políticas de valorização e gestão do caminho Central Português
- Perceber qual o peso do Caminho Central Português nas políticas patrimoniais e culturais de cada concelho

#### **Entidades Entrevistadas:**

- Responsável pela área nos Municípios de:
  - Matosinhos
  - Maia
  - Vila do Conde
  - Póvoa do Varzim
  - Barcelos
  - Ponte de Lima
  - Paredes de Coura
  - Valença
  - Associação Espaço Jacobeus

#### **Questões de Investigação:**

- ✓ De que formas, com que amplitude e com que impactos é o Caminho Central Português de Santiago valorizado, na óptica do seu valor enquanto bem patrimonial?
- ✓ Quem são e como actuam as entidades responsáveis pela gestão patrimonial do Caminho?
- ✓ Quais são os desafios que o Caminho Central de Santiago apresenta em termos de gestão e valorização patrimonial e cultural?

### **Tópicos gerais:**

#### **1) identificar e caracterizar a/s entidade/s responsável/eis**

- a) Breve caracterização da pessoa responsável (Nome, Idade, Escolaridade, Cargo, Tempo de serviço na área)
- b) Identificar sinergias existentes na área dentro dos municípios (organismos autónomos, associações, etc)

#### **2) identificar linhas de planeamento e gestão do Caminho Central de Santiago**

- f) Verificar existência de um plano de gestão municipal, inter-municipal e/ou parcerias para a gestão do Caminho Central de Santiago
- g) Identificar acções de valorização do Caminho e do seu património enquanto bem cultural e patrimonial
- h) Identificar estratégias de dinamização do Caminho Central Português
- i) Identificar recursos utilizados na gestão
- j) Identificar desafios e políticas de curto, médio e longo prazo

## **Entrevista**

### **I. Caracterização do/a Entrevistado/a**

**Nome:**

**Idade:**

**Escolaridade:**

**Área de Trabalho:**

**Cargo:**

**Tempo de serviço como responsável:**

**Já fez o Caminho de Santiago?**

## **II. Entidades responsáveis**

- 1) Qual o papel da associação na gestão e valorização do Caminho Central de Santiago?**
- 2) Que outras entidades existem com responsabilidades na gestão e valorização do Caminho Central de Santiago e do seu património?**
  - 1.4) Quais as suas competências e áreas de jurisdição?**
  - 1.5) De que forma comunicam entre si?**
  - 1.6) Que projectos têm em conjunto?**

## **III. Políticas, Planeamento e Gestão do Caminho Central de Santiago**

- 3) Sabe se existe algum plano municipal ou regional de gestão do Caminho Central de Santiago? (se sim, alíneas) (se não, pergunta 3)**
  - a. Está a ser aplicado?**
  - b. Quais são os seus objetivos?**
  - c. Quais são as suas áreas de acção?**
  - d. Quem são os seus intervenientes?**
  - e. Que recursos disponibiliza?**
  - f. Que resultados tem produzido?**
- 4) Sente que é necessário criar algum tipo de plano de gestão do Caminho Central de Santiago? (se sim)**
  - a. Quais seriam os seus objetivos?**
  - b. Quais seriam as suas áreas de acção?**
  - c. Quem seriam os seus intervenientes?**
  - d. Que recursos necessitaria?**
  - e. Para que resultados estaria orientado?**

- 5) **De que forma podemos caracterizar o/s modelo/s de gestão do/s Caminho/s de Santiago em Portugal e em Espanha?**
  - a. **Quais as suas vantagens e desvantagens?**
  
- 6) **Qual a visão da Associação acerca do Caminho Central de Santiago enquanto bem patrimonial?**
  - a. **Que políticas de valorização estão a ser aplicadas?**
  - b. **Que tipos de intervenção são feitos no Caminho e no seu património (salvaguarda, proteção, dinamização, etc)?**
  - c. **Qual é o peso do Caminho Central de Santiago no sector cultural?**
  - d. **Qual o peso do caminho central de Santiago no sector turístico?**
  
- 7) **Tem conhecimento de qual é peso da gestão e valorização do Caminho Central de Santiago nos orçamentos municipais ou as parcerias realizadas?**
  
- 8) **Quais são os maiores desafios na gestão patrimonial do Caminho Central de Santiago?**
  
- 9) **De que forma podemos garantir a valorização produtiva e a gestão eficiente dos Caminhos de Santiago em Portugal?**
  - a. **Desafios**
  - b. **Perspetivas**
  - c. **Intervenientes**
  - d. **Recursos**